

ORIGEM DA LICITAÇÃO	SECRETARIA REGIONAL I
MODALIDADE	TOMADA DE PREÇOS Nº. 001 / 2015
PROCESSO Nº	P507803/2015
OBJETO	A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA CENTRAL DE ACOLHIMENTO DA SR I, LOCALIZADA NA RUA DOM JERÔNIMO, Nº. 20, BAIRRO FARIAS BRITO, CONFORME ESPECIFICADO NOS ANEXOS DESTES EDITAL.
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
DATA DE ABERTURA:	26 DE MARÇO DE 2015.
HORA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:	De 09h30min ÀS 09h45min.
HORA DE ABERTURA DOS ENVELOPES	09h45min.

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que **A COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA**, criada por meio de Decreto e nomeada por Ato juntado ao processo administrativo de que trata esta licitação, devidamente publicados no Diário Oficial do Município, receberá e abrirá até horas e data acima indicadas, em sua sede na **RUA DO ROSÁRIO, Nº 77, EDIFÍCIO COMANDANTE VITAL ROLIM, SOBRELOJA E TERRAÇO - CENTRO, FORTALEZA-CE, CEP.: 60.055-090**, os envelopes contendo **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTAS DE PREÇOS** referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 publicada no Diário Oficial da União de 22/06/93, e suas alterações posteriores.



Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados, conforme abaixo:

1. **LICITAÇÃO:** - O procedimento de que trata o presente edital;
2. **LICITANTE:** - Empresa que participa desta licitação;
3. **HABILITAÇÃO:** - Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal de cada participante da licitação;
4. **ADJUDICATÁRIO:** - Empresa vencedora da licitação à qual será adjudicado o seu objeto;
5. **CONTRATANTE:** - O Município de Fortaleza, que é signatário do instrumento contratual;
6. **CONTRATADO:** - Empresa à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública;
7. **FISCALIZAÇÃO/INTERVENIÊNCIA:** - **Secretaria Regional I – SR I**, que é o órgão encarregado do acompanhamento e fiscalização do contrato;
8. **CPL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA:** - A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES da Prefeitura de Fortaleza que realizará os procedimentos de recebimento de envelopes, habilitação e julgamento de propostas referentes a esta licitação.
9. **PMF:** - Prefeitura Municipal de Fortaleza;
10. **DOM:** - Diário Oficial do Município, jornal impresso pela Imprensa Oficial da PMF.
11. **AUTORIDADE SUPERIOR:** - É o titular do órgão desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu projeto básico, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos da comissão, homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.
12. **BDI:** Benefícios e Despesas Indiretas.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA CENTRAL DE ACOLHIMENTO DA SR I, LOCALIZADA NA RUA DOM JERÔNIMO, Nº. 20, BAIRRO FARIAS BRITO, CONFORME ESPECIFICADO NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

1.2 - Compõem o presente instrumento os seguintes anexos:

- I. PROJETO BÁSICO;
- II. ORÇAMENTO SINTÉTICO;
- III. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;



- IV. MEMORIAL DESCRITIVO E/OU ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES;
- V. MINUTA DO CONTRATO;
- VI. MODELO MERAMENTE SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ENTREGAR JUNTO COM O ENVELOPE “A”);
- VII. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA.
- VIII. JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta Licitação pessoa jurídica, sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações e fundações - exceto sociedades cooperativas, regularmente estabelecidas neste País, cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, e que satisfaçam a todas as condições deste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais ou cadastramento compatíveis com o objeto da licitação.

2.1.1 - Não será permitida a subcontratação sem a expressa anuência do Contratante.

2.1.2 - Para o cadastramento na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza são necessários os documentos que deverão ser apresentados na Rua do Rosário, nº 77, Ed. Comte. Vital Rolim – Sobreloja e Terraço – Centro, Fortaleza (CE), no horário de 08:00 às 16:30, obrigando-se a licitante, após a emissão do CRC, a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

2.1.3 - O Interessado não cadastrado que quiser participar desta licitação, deverá atender às condições para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior ao recebimento das propostas, devendo a mesma se dirigir à Central de Licitações de Fortaleza - CLFOR, no endereço acima mencionado, levando a documentação necessária, ocasião em que, se for o caso, receberá documento daquele órgão que lhe permitirá participar desta licitação.

2.2 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio.

2.3 - A licitante que pretender se fazer representar nesta licitação, deverá entregar à CPL, juntamente com os envelopes lacrados, original ou cópia autenticada de PROCURAÇÃO PARTICULAR, com firma reconhecida em Cartório, ou PÚBLICA, outorgando amplos poderes para o mandatário representar a licitante nesta licitação. Quando o representante for titular da pessoa jurídica, deverá entregar o original ou cópia autenticada do documento que comprove tal condição.

2.3.1 – No caso de procuração particular, esta deverá vir acompanhada de documento que comprove a titularidade do outorgante, quanto a que o mesmo detém poderes para outorgar procuração.

2.3.2 – Não poderá um representante legal ou um procurador representar mais de uma empresa.



2.3.3 - A ME ou EPP que pretender se beneficiar, na licitação, da LC 123/06, deverá entregar à Comissão, juntamente com os envelopes colados, declaração na forma do Anexo VI – MODELO MERAMENTE SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, deste edital assinado pelo titular ou representante legal da empresa, devidamente comprovado.

2.4 – É vedada a participação direta ou indiretamente de:

- a) Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, sejam membros ou servidores da administração direta ou indireta da PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, integrados ou não ao órgão responsável direto pela execução dos serviços objeto do respectivo procedimento licitatório.
- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal temporariamente suspenso e que por estas tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Empresas que estejam suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA;
- d) Empresas que estejam em fase de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação.
- e) Cooperativas e Associações Sem Fins Lucrativos.

2.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital diante de algumas irregularidades, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

2.6. O licitante poderá impugnar os termos deste edital até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

2.7. Deficiências no atendimento aos requisitos para apresentação da Documentação de Habilitação, Propostas Técnicas e de Preços correrão por conta e risco do licitante. Documentação e Propostas que não atenderem aos requisitos dos documentos integrantes do Edital e seus anexos implicarão na inabilitação ou desclassificação da licitante.

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1 - Para se habilitarem nesta licitação, as interessadas deverão apresentar envelope colado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

**À
CPL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001 / 2015
ÓRGÃO: SECRETARIA REGIONAL I
ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
OBJETO:**



3.2 - O envelope “A” deverá conter os documentos a seguir relacionados, em original, ou em cópia já autenticada por cartório competente, devendo a cada face de documento reproduzida corresponder uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis.

3.2.1 - Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

3.2.2 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, a Comissão poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta eletrônica.

3.2.3 - Para a habilitação jurídica, a licitante deverá, no documento exigido neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade do cadastramento com o objeto da licitação.

3.2.4 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, levar o documento à Comissão nas condições de autenticação do item 3.2, para que seja apensado ao processo de licitação. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem da licitação, deverá a licitante levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.

A - HABILITAÇÃO JURÍDICA

01 - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL expedido pela Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no seu prazo de vigência, comprovando ser a licitante fornecedora do objeto desta licitação, ou DOCUMENTO EQUIVALENTE, de acordo com o disposto no item 2.1.2 deste edital.

B - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

01 - CERTIDÃO NEGATIVA DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica.

02 - BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

02.01 – Comprovação da boa situação financeira da licitante atestada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da licitante, demonstrando que a empresa apresenta índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,0$ (um vírgula zero), calculada a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$



Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

A boa situação do licitante será comprovada através da liquidez geral maior ou igual a 1,0 (um virgula zero).

02.02 - No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial.

02.03 - No caso das demais sociedades empresariais, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acham transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo tanto o balanço quanto os termos ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

02.04 - No caso de empresa recém constituída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta Comercial, constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito ou a autenticação da junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

02.05 - No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição, atendendo aos índices estabelecidos neste instrumento convocatório.

03 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO, não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos, que deverá ser comprovado por meio da apresentação do balanço patrimonial.

C - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

01 - PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITO, REFERENTE A QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS, A QUAL ABRANGE INCLUSIVE, AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 8212/1991, CONFORME PORTARIA MF Nº 358 DE 5 FEVEREIRO DE 2014 OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL;

b) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO;

02 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS), OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

03 – CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT, nos termos da Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

D - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

01 - Certificado ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA - no qual conste o (s) nome (s) de seu (s) responsável (eis) técnico (s).

02 - Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, cujo nome deverá constar na Certidão do CREA exigida no item 01 desta letra D, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obra ou serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto deste edital, cuja parcelas mais relevantes são: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, LÓGICA E SOM.

02.01 - A comprovação de aptidão referida no item 02 desta letra D será feita por atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, ou por certidão expedida pelo próprio CREA, contendo os dados relativos à parcela mais relevante.

02.02 - A comprovação de que os profissionais da equipe de nível superior constante do item acima fazem parte do quadro permanente da licitante, cujo vínculo deverá ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da "FICHA OU LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS", onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com o Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados, quando se tratar de empregado, ou através de cópia autenticada do CONTRATO SOCIAL ATUALIZADO, ou do ÚLTIMO ADITIVO DO CONTRATO, devidamente registrados na Junta Comercial, quando se tratar de sócio da empresa, ou por CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL, onde conste essa informação.

02.03 – Poderão ser aceitos para fins da comprovação prevista no subitem 02.02 profissionais com contratos de regime de prestação de serviços.

E. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

01 - DECLARAÇÃO DA LICITANTE constando que não mantém relação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho com menor de 16 anos,



salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, assinado pelo representante legal da empresa, ou preposto devidamente designado nos termos do ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA DECLARAÇÃO.

ORIENTAÇÕES SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

3.3 - Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressalvando-se aquele em que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais - da licitante.

3.4 – Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

3.4.1 - Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.4.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.4.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.5 - Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

3.6 - Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope A, não sendo admitido posteriormente o recebimento pela Comissão de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Comissão.

3.6.1 - Caso haja a inserção de original de documento junto com as cópias autenticadas a Comissão, por força da lei nº 5.553/68, procederá à devolução do mesmo mediante solicitação por escrito da licitante; ou poderá efetuar a substituição do original por cópia autenticada, quando concluída a fase de habilitação.

3.7 - As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e recuperação judicial exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes acompanhada por informação, expedida pelo Cartório do Foro local da sua sede, referente ao número de distribuidores habitados ao fornecimento da certidão referida, a comprovação de negativa de pedido de falência ou concordata ou de protestos de títulos e documentos e de distribuição de executivos fiscais, ações cambiárias ou falimentares será efetuada, tanto quanto possível, mediante apresentação de documentos equivalentes do país de origem da Empresa.

3.8 - A Comissão poderá, também, solicitar originais de documentos já autenticados para fins de



verificação, sendo a licitante obrigada a apresentá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

3.9 - Caso a solicitação seja feita durante a sessão de habilitação, o caso deverá ser registrado em Ata, nela constando o prazo máximo referido no item 3.8.

3.10 - A CPL não autenticará cópias de documentos exigidos neste edital.

3.11 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentarem os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, serão inabilitadas de forma superveniente as ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no item 3.4.2.

3.12 - A inabilitação da licitante importa na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

3.13 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas, é facultado à Comissão, mediante autorização expressa do titular da origem da licitação, fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para a apresentação de documentação escoimada das causas que provocaram a inabilitação.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - Os critérios de aceitabilidade devem ser avaliados segundo estabelecido no projeto básico e na proposta apresentada, bem como os preços praticados pelo mercado, fixando como preço máximo o apontado no Anexo I, de acordo com Art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

4.1.1 - A licitante deverá entregar à Comissão, até o horário e dia previstos neste edital, envelope colado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

**À
CPL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
TOMADA DE PREÇOS Nº 001 / 2015
ÓRGÃO: SECRETARIA REGIONAL I
ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
OBJETO:**

4.2 - Este envelope deverá conter os seguintes documentos:

4.2.1 - Proposta de Preços datilografada ou digitada em 01 (uma) via, redigida em língua portuguesa, em papel timbrado da empresa ou impressa em formulário contínuo, com clareza, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, constando razão social da Licitante, endereço postal completo, CNPJ, e, ainda, datada, rubricada em todas as folhas e assinada (sobre carimbo ou equivalente) pelo titular ou preposto da licitante contendo:

- a) Especificação do objeto a ser executado, de acordo com o disposto no item 1.1 deste edital;
- b) Preço global da proposta, na moeda explicitada corrente brasileira, em algarismos e por extenso;



c) Prazo de execução do objeto, que será de 180 (cento e oitenta) dias corridos;

d) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4.2.2 – Orçamento (s) detalhado (s) contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, tudo de acordo com o disposto no Anexo II deste instrumento, bem como o preço unitário, o preço total do item e do grupo em algarismo, e o preço global do objeto, em algarismo.

4.2.2.1 - No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a unidade do item expressa no orçamento do órgão ou entidade licitadora.

4.2.2.2 – O (s) Orçamento (s) deverá (ão) conter, em sua (s) última (s) folha (s), a ASSINATURA e o NOME do profissional competente que os subscrever, por carimbo ou por datilografia ou por outro sistema de impressão, e o número da sua carteira profissional expedida pelo CREA. As demais folhas anteriores deverão conter a sua assinatura ou rubrica.

4.2.3 – Na elaboração do BDI, não deverão ser computados o IRPJ/IRPF e a CSLL, por serem tributos diretos, cujo ônus deverá recair exclusivamente sobre a (s) Contratada (s), consoante determinação emanada do Acórdão TCU nº. 950/2007- Plenário.

4.2.4 – O percentual do BDI deverá ser discriminado, em todos os seus componentes, na Proposta de Preços.

4.2.4.1 – A planilha orçamentária fornecida deverá ser preenchida pelos licitantes com custos unitários de cada item de serviço. O BDI, que incidirá sob o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha, em forma analítica que permita a pronta visualização de cada um de seus componentes.

4.2.4.2 - Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base na fórmula apresentada no Anexo I deste Edital, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além de impostos, todas as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

ORIENTAÇÕES SOBRE AS PORPOSTAS DE PREÇOS

4.3 - Serão desclassificadas as propostas de preços que incidirem no disposto no item 6.7 deste edital.

4.4 - Não serão aceitas propostas de preços nem orçamentos em cópia, mesmo que assinada por quem de direito.

4.5 - Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (Real) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$).

4.6 - Os preços constantes do orçamento da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo à licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.



4.7 - Independente de declaração expressa, fica subentendido que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução da obra, inclusive as relacionadas com:

- a) Materiais, equipamentos e mão de obra;
- b) Carga, transporte, descarga e montagem;
- c) Encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
- d) Tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou quaisquer infrações;
- e) Seguros em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos da natureza, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução das obras e/ou serviços;
- f) Direitos autorais sobre projetos, desenhos e estudos;
- g) Recomposição de vias públicas, jardins, gramados e tudo o mais que a Contratada venha a danificar;
- h) Todo fardamento e equipamento individual e coletivo de segurança que serão utilizados na execução dos serviços.

4.8 - O objeto será executado no regime de empreitada por preço unitário.

4.9 - Na elaboração da proposta, o preço global não poderá ultrapassar o limite máximo de: R\$ 261.411,46 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e onze reais, quarenta e seis centavos).

4.10 - Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope "B", não sendo admitido o recebimento pela Comissão de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Comissão.

5 - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

5.1 - A entrega dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços será feita até o dia e a hora previstos no preâmbulo deste edital, na sede da CPL.

5.2 - Após a Presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes não serão aceitos quaisquer outros documentos que não os existentes nos respectivos envelopes, nem será permitido que se faça qualquer adendo ou esclarecimentos sobre os documentos, de forma a alterar o conteúdo original dos mesmos.

5.3 - Em seguida, a Comissão procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos referentes à habilitação e fará a conferência destes de acordo com as exigências deste edital, os quais serão rubricados e numerados pela Comissão. Os documentos serão postos à disposição dos representantes das licitantes, para que os examinem e os rubriquem.

5.4 - A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos por prepostos das licitantes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não. Em seguida, deliberará sobre os documentos apresentados e, julgando-os satisfatórios ou não, declarará as licitantes habilitadas e/ou inhabilitadas, fundamentando sua decisão.



5.4.1 - O resultado da habilitação poderá ser proferido em outra sessão, a critério da Comissão, cuja data será comunicada às licitantes através de publicação no DOM e jornal de circulação, com a antecedência mínima de 24 horas.

5.5 - Na hipótese de considerar qualquer licitante inabilitada, a Comissão fundamentará a sua decisão. Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, a Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a habilitação e inabilitação. Caso os representantes não queiram interpor recurso, esta intenção deverá ser consignada em ata, por todos assinada.

5.6 - Caso não estejam presentes os prepostos das licitantes, a sessão será suspensa e a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através do DOM, iniciando-se, no primeiro dia útil seguinte à publicação, o prazo de 05 dias úteis para a entrega à Comissão das razões da recorrente, no primeiro dia útil seguinte à publicação.

5.7 - Decorridos os prazos e proferida a decisão sobre os recursos interpostos, a Comissão marcará a data e o horário em que dará prosseguimento ao processo licitatório, cuja comunicação às licitantes será feita com a antecedência mínima de 24 horas da data marcada, através de publicação no DOM e jornal de circulação.

5.8 - Na ausência de qualquer representante de licitante inabilitada, a Comissão manterá em seu poder o envelope "B" - Proposta de Preços, que deverá ser retirado por representante legal da licitante, no prazo de 30 (trinta) dias da data referida no aviso que marcará a sessão de prosseguimento da licitação.

5.9 - Passado o prazo recursal, e não havendo a retirada do mesmo por parte da licitante inabilitada que não interpôs Recurso Administrativo, este ficará sob o poder da Comissão durante 30 (trinta) dias, sendo, após esse prazo, expurgado.

5.10 - Os envelopes "B" - Proposta de Preços devidamente colados, serão rubricados pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes à sessão, caso esta venha a ser suspensa.

5.11 - Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

05.11.01 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

5.11 - Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

05.11.01 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

5.12 - Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, os documentos nele contidos serão lidos e rubricados pela Comissão e colocados à disposição das licitantes, para que os examinem e os rubriquem.

5.13 - A Comissão verificará a conformidade das propostas com as exigências do edital, bem como a



compatibilidade dos preços apresentados com os apontados no instrumento convocatório.

5.14 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital, às com preços superiores aos determinados no edital ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação.

5.14.1 - Não haverá desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

5.14.2 – Será inabilitada por fato superveniente a ME ou EPP que, caso convocada, não promover a sua regularização fiscal no prazo do item 3.4.2, deixando de cumprir com os § 1º e § 2º do art. 43 da LC 123/2006.

5.15 - Na hipótese de considerar qualquer licitante desclassificada, a Comissão fundamentará a sua decisão; hipótese em que, não desejando interpor recurso, a licitante deverá manifestar a sua intenção, que deverá ser consignada em ata por todos assinado.

5.16 - As propostas classificadas serão ordenadas de acordo com a ordem crescente dos preços ofertados.

5.17 - Em seguida a Presidente da Comissão verificará a existência de microempresas ou empresas de pequeno porte, para o cumprimento do constante na Lei Complementar 123/2006, procedendo como previsto no item 5.18.

5.18 – Caso a proposta classificada em 1º lugar não seja ME ou EPP, a Presidente da Comissão procederá de acordo com os itens a seguir:

5.18.1 - Fica assegurado, como critério de desempate (Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006), preferência de contratação para as ME e EPP.

5.18.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços ofertados.

5.18.3 - Para efeito do disposto no item 5.18.1, ocorrendo empate, a Presidente da Comissão procederá da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e conseqüentemente declarada vencedora do certame;

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.18.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.18.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela ME e EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 5.18.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.



5.18.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.18.6 - Ocorrendo à situação prevista no item 5.18.3, a ME e EPP bem mais classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após a solicitação da Presidente da Comissão, ocasião em que o representante legal da ME e EPP deverá estar presente à sessão e declarar sua nova proposta, sob pena de preclusão de seu direito. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

5.19 - À Comissão é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

5.20 - A Comissão poderá, para analisar os documentos de habilitação, as propostas de preços e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

5.21 - Todos os documentos ficam sob a guarda da CPL até a conclusão do processo.

5.22 - Todos os procedimentos da Comissão e licitantes durante as sessões serão registrados em ata.

5.23 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega dos envelopes "A" e "B" e suas aberturas, esta licitação realizar-se-á no 1º dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local; podendo, no entanto, a Comissão definir outra data, horário e até local, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma do início.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração o tipo de licitação que é MENOR PREÇO.

6.2 - Será considerada vencedora a proposta que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL E ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DESTE EDITAL.

6.3 - No caso de igualdade entre 02 (duas) ou mais propostas, como critério de desempate será feito sorteio classificatório em ato público, na presença das licitantes, observado a LC 123/06.

6.4 - Na análise das propostas, havendo divergência entre o valor numérico e por extenso, a comissão considerará o valor por extenso.

6.5 - No caso de divergências entre as colunas discriminação dos serviços, unidades e quantidades constantes dos orçamentos apresentados pelos licitantes e aqueles constantes do Anexo II deste edital, prevalecerá às discriminações dos serviços, unidades e quantidades do referido Anexo do edital, sujeitando-se a licitante a executar os serviços de acordo com as especificações e detalhamento constantes do instrumento convocatório, devendo a comissão proceder ao registro em ata das referidas correções.

6.5.1 - No caso de divergências de valores resultantes da multiplicação entre as quantidades ofertadas e os preços unitários, a Comissão procederá a correção, e considerará o novo valor obtido. Esse valor



obtido acarretará a desclassificação da proposta caso o novo valor global, ultrapasse a 0,1% do valor global anterior.

6.6 - Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste edital nem ofertas sobre as propostas de outras licitantes.

6.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

a) Apresentarem preços superiores a R\$ 261.411,46 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e seis centavos).

b) Apresentarem preços inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

b.1) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

b.2) R\$ 261.411,46 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e seis centavos).

c) Não atenderem às exigências deste edital;

d) Apresentarem erros de valores resultantes da multiplicação entre as quantidades e os preços unitários, desde que incorram no disposto na redação final do item 6.5.1 deste edital.

6.8 - Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, mediante autorização expressa do titular da origem da licitação, fixar às licitantes o prazo de 08 dias úteis para a apresentação de outras propostas escoimadas exclusivamente, das causas que ensejaram a desclassificação.

6.9 - As propostas classificadas serão dispostas na ordem crescente dos preços globais ofertados.

6.10 - O resultado da licitação será divulgado através de sessão pública ou de publicação no DOM e de relatório a ser afixado em flanelógrafo da CPL do Município de Fortaleza, durante 05 (cinco) dias, assinado por seus Membros e Presidente no qual conste a licitante vencedora e o valor de sua proposta de preços.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

7.1 - A homologação e a adjudicação desta licitação em favor da licitante cuja proposta de preços seja classificada em primeiro lugar, são da competência do titular da origem desta licitação.

7.2 - O titular da origem desta licitação se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

8 - DO CONTRATO

8.1 - O Município de Fortaleza, com a interveniência da Secretaria Regional I – SER I, assinará contrato



com a vencedora desta licitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

8.2 – A recusa injustificada do Adjudicatário em efetivar a contratação, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da notificação, equivale ao descumprimento total do Contrato, caso em que sujeitar-se-á ao pagamento de indenização por perdas e danos, após a verificação dos prejuízos efetivamente causados e dos benefícios que deixaram de ser auferidos pela Administração Pública e/ou pela coletividade diretamente atingida.

8.2.1 - A recusa injustificada em celebrar a contratação será conduta penalizada - independentemente da apuração da responsabilidade civil do adjudicatário, nos termos do item 8.2 acima - por meio de aplicação de multa de natureza administrativa, a ser paga em favor do órgão licitador, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global da proposta vencedora apresentada pelo adjudicatário.

8.3 - É facultado ao órgão ou entidade licitadora, quando o convocado não assinar o termo do Contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este edital, ou revogar esta licitação.

8.4 - O disposto no item 8.2 não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

8.5 - Para a assinatura do contrato, a licitante vencedora se obriga a:

a) Prestar garantia contratual em uma das modalidades contidas na lei 8.666/93 e na forma constante da Minuta de Contrato, anexo deste edital.

b) Entregar ao órgão ou entidade licitadora original ou cópia autenticada por cartório competente dos seguintes documentos:

b.1) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, a qual abrange as contribuições sociais, previstas na Lei Federal nº 8121/1991, conforme Portaria MF nº 358 de 5 de setembro de 2014, Estadual e Municipal;

b.2) Prova de regularidade relativa à seguridade social fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b.3) Prova de regularidade relativa ao FGTS;

b.4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) Apresentar Certificado Nível “A” do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBPQP – H, conforme Acordo Setorial firmado entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará – SINDUSCON-CE e a Associação de Empresas da Construção Pesada do Estado do Ceará – ACONPEC-CE, no dia 10 de agosto do 2009, seguindo as



datas estabelecidas no referido acordo Nível “C” - 30/06/2010; Nível “B” - 31/12/2010; Nível “A” - 31/12/2011.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII - A da Consolidação das leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei 5.452, 1º de maio de 1943.

8.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes do órgão ou entidade licitadora especialmente designados.

8.6.1 - O representante do órgão ou entidade licitadora anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.6.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.7 - A Contratada deverá manter preposto aceito pelo órgão ou entidade licitadora, no local de execução do objeto, para representá-lo na execução do contrato. A Contratada se obriga, ainda, a manter naquele local seus responsáveis, durante todo o prazo de execução do objeto até o seu recebimento definitivo pelo órgão ou entidade licitadora.

8.7.1 - Todos os profissionais da Contratada designados como responsáveis deverão ser detentores dos Atestados de Responsabilidade Técnica - ART apresentados na fase de habilitação; e somente com autorização do órgão ou entidade licitadora poderão os mesmos serem substituídos por outros portadores de ART igual ou superior.

8.8 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados; bem como se obriga a efetuar, caso solicitado pelo órgão ou entidade licitadora, os testes previstos nas normas da ABNT, para definir as características técnicas de qualquer equipamento, material ou serviço a ser executado.

8.9 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao órgão ou entidade licitadora ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão ou entidade licitadora.

8.10 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

8.11 - O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, e os serviços objeto deste edital deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

8.11.1 - O prazo para o início da execução do objeto fica fixado em até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.

8.12 - O prazo para a execução do objeto é o definido neste edital, contado da data do recebimento da Ordem de Serviço; e as etapas obedecerão rigorosamente o cronograma físico definido pelo órgão ou entidade licitadora, que é parte integrante deste edital.



8.12.1 - Os prazos de início da etapa de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuado em processo:

- a) Alteração do projeto ou especificações pelo órgão ou entidade licitadora;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- c) Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do órgão ou entidade licitadora;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites estabelecidos no item 9.4 deste edital;
- e) Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo órgão ou entidade licitadora em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo do órgão ou entidade licitadora inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

8.13 - A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo titular do órgão ou entidade licitadora.

8.14 - Ocorrerá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito à indenização de qualquer natureza, quando se verificar qualquer dos casos constantes da Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato.

8.15 - A Contratada, pelo prazo de 90 (noventa) dias após a execução dos serviços, será responsável por sua falta ou reparação, desde que a fiscalização do órgão ou entidade licitadora comprove que danos ocorridos tenham resultado de execução imperfeita ou inadequada às especificações de origem.

8.16 - Não haverá reajuste de preços exceto na hipótese de contrato cujo prazo de execução ultrapasse 12 (doze) meses contados a partir da data de apresentação da proposta de preços da Contratada, obedecendo à legislação federal em vigor e aplicando a fórmula mencionada na Minuta de Contrato.

8.17 - Durante a execução dos serviços, as ligações provisórias que se fizerem necessárias, bem como a obtenção de licenças e alvarás, correrão por conta exclusiva da Contratada.

9 - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES AO CONTRATO

9.1 - O titular do órgão ou entidade licitadora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações ou alterações no projeto, plantas e especificações.

9.2 - Caso as alterações ou modificações impliquem aumento ou diminuição dos serviços que tenham preços unitários cotados na proposta, o valor respectivo, para efeito de pagamento ou abatimento, será apurado com base nas cotações apresentadas no orçamento.



9.3 - Caso as alterações e/ ou modificações não tenham no orçamento da licitante os itens correspondentes com os seus respectivos preços unitários, serão utilizados os preços unitários constantes da tabela de preços utilizada pelo órgão ou entidade licitadora.

9.4 - Ao órgão ou entidade licitadora caberá o direito de promover acréscimos ou supressões nas obras ou serviços, que se fizerem necessários, até os limites constantes do art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, mantendo-se as demais condições do Contrato.

9.5 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior; salvo o caso de supressão, quando houver acordo celebrado entre os contratantes.

9.6 - Caso haja acréscimo ou diminuição no volume dos serviços, este será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, após o que será efetuado o pagamento, calculado nos termos do item 9.2 e 9.3.

10 - DOS PAGAMENTOS

10.1 - Os pagamentos serão efetuados pela SEFIN com a entrega dos seguintes documentos, que serão retidos pela Contratante:

- a) Nota fiscal/ fatura emitida com base no certificado de medições;
- b) Cópia de folha de pagamento referente exclusivamente aos segurados prestadores de mão de obra de que trata a nota fiscal /fatura, ou folha de pagamento normal com indicações desses segurados;
- c) Cópia autenticada da guia de recolhimento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados de que trata a letra "b" acima, devidamente quitada por instituição bancária;
- d) Cópia autenticada da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a qual abrange as contribuições sociais, previstas na Lei Federal nº 8121/1991, conforme Portaria MF nº 358 de 5 de setembro de 2014, no seu prazo de validade.
- e) Cópia autenticada das provas de regularidade com a seguridade social – FGTS, no seu prazo de validade;
- f) Cópias autenticadas das provas de regularidades com as fazendas Federal, Estadual e Municipal, no seu prazo de validade;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- h) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

10.2 - Os pagamentos serão feitos em parcelas mensais, no último dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, com base nos certificados de medições realizados após as conferências e autorizações, segundo as exigências administrativas em vigor. Se tais medições forem inferiores às previsões do cronograma físico, o órgão ou entidade licitadora pagará somente os valores das medições efetivamente conferidas.

10.3 - O primeiro pagamento só será feito após a apresentação à contratante da documentação referente a licenças, seguros, alvarás e matrícula da obra no CREA e INSS.

10.4 - A Contratante, no ato de cada pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelo recolhimento junto à SEFIN dos valores efetivamente retidos.



10.5 - Para o pagamento dos serviços executados em cada etapa, a Contratada deverá entregar ao órgão ou entidade licitadora, até o dia 15 (quinze) de cada mês, todos os documentos exigidos no item 8.5 deste edital. Caso o dia 15 (quinze) não seja dia de expediente no Município, essa data passará para o dia seguinte de expediente.

10.6 - Só caberá pagamento por serviços acrescidos ou realizados antecipadamente quando previamente autorizados ou determinados por escrito pelo titular do órgão ou entidade licitadora.

10.7 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de dotações consignadas ao Projeto/Atividade 04.122.0006.1102.0001; Elemento de Despesa 44.90.51; Fonte de Recurso 0100 do orçamento da Secretaria Regional I.

11 - DAS MULTAS

11.1 - O órgão ou entidade licitadora poderá aplicar as seguintes multas:

a) A demora injustificada na execução da prestação contratual acarretará, de plano, a incidência da multa moratória à base de 0,33%, cumulativamente, incidente sobre o valor da prestação vencida, por cada dia de atraso.

b) 0,1% sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual;

c) 20% do valor global do Contrato, na hipótese de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;

d) 0,0001% do valor global do Contrato, por cada dia que cada equipamento deixar de ser utilizado na obra;

e) 3% sobre o valor global do Contrato, por descumprimento às recomendações estabelecidas neste edital ou no Contrato, conforme o caso;

f) 10% do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do titular do órgão ou entidade licitadora;

g) 5% sobre o valor global do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pelo órgão ou entidade licitadora.

11.2 - Da decisão de aplicação de multa será a Contratada notificada pelo órgão ou entidade licitadora, tendo, a partir da notificação, o prazo de 10 (dez) dias para recolher a importância correspondente na SEFIN. O pagamento dos serviços não será efetuado à Contratada se esta deixar de recolher a multa que lhe for imposta.

11.3 - A multa aplicada por descumprimento do prazo global será deduzida do pagamento da última parcela e as multas por infrações de prazos parciais serão deduzidas, de imediato, dos valores das prestações a que correspondam.

11.4 - Os valores resultantes das multas aplicadas por descumprimento de prazos parciais serão devolvidos por ocasião do recebimento definitivo dos serviços, se a Contratada, recuperando os atrasos verificados em fases anteriores do Cronograma Físico, entregar os serviços dentro do prazo global estabelecido.



11.5 - Todas as multas serão cobradas cumulativa e independentemente.

11.6 – As multas somente serão devidas após o regular processo administrativo de apuração das condutas da contratada que se configurem descumprimento às obrigações contratuais.

11.7 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada da garantia prestada pela contratada, em caso de rescisão contratual.

11.8 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Das decisões proferidas pela CPL, caberá recurso nos casos de:

a) Habilitação e /ou inabilitação;

b) Julgamento das propostas.

12.2 - A intenção de interpor recurso contra a decisão da Comissão, de habilitar e/ou inabilitar, classificar e/ou desclassificar, deverá constar em Ata, se presente à sessão, representante da licitante.

12.3 - Havendo recurso referente à fase de habilitação, os envelopes contendo as propostas de todas as licitantes, inclusive o da Recorrente ficarão em poder da Comissão até o julgamento do recurso interposto. Apreciado o recurso, e mantida a inabilitação, o envelope “B” deverá ser retirado por representante legal, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do aviso de prosseguimento da licitação. Após este prazo, caso não seja retirado, o envelope será expurgado.

12.4 - Em caso de ausência do representante legal da licitante à sessão, esta será suspensa para que se proceda à publicação no DOM, de sua inabilitação ou desclassificação.

12.5 - Os recursos deverão ser protocolados na CPL, no devido prazo legal, não sendo conhecidos os interpostos fora deste prazo.

12.6 - Os recursos deverão ser dirigidos ao titular do órgão ou entidade da qual se origina esta licitação, e interpostos mediante petição datilografada e assinada por quem de direito, contendo as razões de fato e de direito com as quais impugna a decisão adversa.

13 - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

13.1 - No caso de inadimplemento da prestação contratual, seja total ou parcial, além da multa estabelecida neste edital, o Contrato poderá ser rescindido, sujeitando-se, ainda, o contratado, após o devido processo legal, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa, conforme descrito nos itens 8 e 11 deste edital e na minuta do contrato, poderá ser cumulativa com as demais sanções;



c) Suspensão temporária para participar em licitação e impedimento de contratar com o órgão ou entidade da qual se origina esta licitação, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de Inidoneidade.

13.1.1 - A competência para imposição das sanções previstas no item anterior será do representante legal do Contratante.

13.1.2 - A inidoneidade poderá ser declarada pelo titular do órgão ou entidade da qual se origina esta licitação, nos casos previstos no item seguinte.

13.2- As sanções de suspensão ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o órgão ou entidade da qual se origina esta licitação poderão ser aplicadas ao contratado que, em razão de Contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3 - A reabilitação do contratado só poderá ser promovida, mediante requerimento, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção, e desde que indenize o Município pelo efetivo prejuízo causado ao Erário Público quando a conduta faltosa, relativamente ao presente ao presente certame, repercutir, prejudicialmente, no âmbito da Administração Pública Municipal.

13.4 - As sanções previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pelas autoridades competentes, assegurados ao contratado ou ao adjudicatário, o contraditório e ampla defesa, nos seguintes prazos e condições:

a) 05 (cinco) dias úteis nos casos de advertência e de suspensão;

b) 10 (dez) dias úteis da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar com o Município de Fortaleza.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Independentemente de declaração expressa, a apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições e exigências deste edital na veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa bem como de que deverá declará-los quando ocorridos durante o certame.

14.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente na CPL.

14.3 - No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado à autoridade competente:



a) Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, do presente edital, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;

b) Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação no DOM.

14.4 – Este edital também poderá ser lido no site: www.fortaleza.ce.gov.br e compras.fortaleza.ce.gov.br.

14.5 – O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos na Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza na Rua do Rosário, nº 77, Edifício Comandante Vital Rolim, Sobreloja e Terraço, Centro, Fortaleza-Ce, CEP.: 60.055-090, de segunda a sexta-feira, nos horários de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:30, mediante a apresentação de um CD ROM para reprodução.

14.6 - A licitante poderá fazer verificações no local de realização da obra e de todos os elementos constitutivos deste edital, devendo, se for o caso, comunicar ao órgão ou entidade licitadora, através da CPL, por escrito, as discrepâncias, omissões ou erros relacionados com a parte técnica dos serviços a serem executados.

14.7 - Os pedidos de informação sobre aspectos técnicos do edital deverão ser enviados até 05 (cinco) dias úteis da data prevista para o recebimento dos envelopes.

14.8 - Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão durante o expediente normal em sua sede, ou através dos telefones (85) 3452.3480 e (85) 3452.3470.

14.9 – Toda e qualquer manifestação relativa a esta licitação, tais como pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos contra atos exarados no transcorrer desta licitação, somente serão conhecidos e apreciados pela Administração se, e somente se, tempestivamente protocolados na sede da Comissão, no endereço constante no preâmbulo deste edital.

14.10 - Fica eleito o foro de Fortaleza - CE para dirimir qualquer dúvida no procedimento desta licitação.

Fortaleza (CE), _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO TITULAR DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

APROVAÇÃO EXPRESSA DA ASSESSORIA JURÍDICA



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

Serviços de **Reforma da Central de Acolhimento**, localizado na Rua Dom Jerônimo, número 20, no Bairro Farias Brito, na área de abrangência da Secretaria Regional I - SR I.

01. OBJETO:

- A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução dos Serviços de reforma da Central de Acolhimento da SR I, localizada na rua Dom Jerônimo, nº 20, Bairro Farias Brito, conforme especificado nos anexos deste edital.

02. SITUAÇÃO ATUAL:

- Faz-se necessário uma melhor adequação do espaço para o atendimento eficiente e confortável da população que utiliza os serviços da central de acolhimento da SR I, assim como reformas específicas para melhorar a estrutura existente.

03. SOLUÇÃO PROPOSTA:

- Faz-se necessário à realização de procedimento licitatório, fundamentado nas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21.06.93, publicada no DOU de 22.06.93, e com as modificações posteriores, objetivando a seleção de empresa para a execução do objeto mencionado no item 01 deste Projeto Básico. Propomos os Serviços de Reforma da Central de Acolhimento, no Bairro Farias Brito, na área de abrangência da Secretaria Regional I, em caráter de urgência para melhor atender a população, atendendo assim todas as exigências e características da região, tudo de acordo com as especificações constantes do Memorial Descritivo (Anexo IV).

04. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

- O prazo de execução da obra será de 180 dias.

05. MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

- A modalidade da licitação será TOMADA DE PREÇO, em função do valor máximo estimado da contratação, e fundamento no inciso I do Art. 23 da Lei nº 8.666 de 21.06.93.

06. REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA:

- O objeto desta contratação será em regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, por tratar-se da execução de obra por preço certo de unidades determinadas.

07. COMPONENTES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

- Além do Projeto Básico (Anexo I), são partes integrantes do edital:



- Orçamento detalhado contendo de cada item a especificação do Grupo / Subgrupo / Serviço, a quantidade, a unidade, bem como o preço unitário, o preço total do item e do grupo em algarismo, e o preço global máximo da obra (Anexo II).
- Cronograma Físico-Financeiro, onde estão delineados os prazos de execução das etapas das obras e serviços e os valores correspondentes a serem pagos pela SR I (Anexo III).
- Especificações Técnicas / memorial descritivo, contendo o detalhamento dos serviços a serem executados, inclusive dos materiais que serão utilizados (Anexo IV).
- Projetos (peças gráficas).

08. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA:

- ***INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, LÓGICA E SOM.***

09. VALOR GLOBAL MÁXIMO DA OBRA:

- ***R\$ 261.411,46 (Duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e onze reais e quarenta e seis centavos).***

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de dotações consignadas ao Projeto / Atividade 04.122.0006.1102.0001; Elemento de Despesa 44.90.51; Fonte de Recurso 0100; do Orçamento da SR I.
- NAD - Nota de Autorização de Despesas Nº 2365

Hamilton Quixadá Holanda Costa

Coordenador de Infraestrutura da SR I



ANEXO II
ORÇAMENTO SINTÉTICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

SECRETARIA REGIONAL I - SER I

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA

ORÇAMENTO

OBRA:	REFORMA DO CENTRAL DE ACOLHIMENTO	ORÇAMENTO Nº	01/2015			
LOCAL:	SECRETARIA REGIONAL I	Engº				
BAIRRO:	FARIAS BRITO	Data:	09/01/2015			
TABELA OFICIAL DO MUNICÍPIO (SEINF) - Data Base: SETEMBRO/2014		BDI =	25%			
ITEM	COMPOSIÇÃO	SERVIÇO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	TOTAL
1,00	001	Grupo: SERVIÇOS PRELIMINARES				
1,01	0010010003	ANDAIME METÁLICO DE ENCAIXE P/ FACHADAS - LOCAÇÃO MENSAL	UN	20,00	5,45	109,00
1,02	0010010024	TAPUME DE CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA ESP=6MM COM ABERTURA E PORTÃO	M2	26,95	94,01	2.533,64
1,03	0010040011	DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO	M2	138,10	2,05	283,11
1,04	0010040025	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDES	M2	6,75	26,29	177,44



1,05	0010040030	DEMOLIÇÃO MANUAL DE ALVENARIA EM TIJOLO FURADO COM REMOÇÃO	M3	17,79	28,13	500,34
1,06	0010040084	RETIRADA DE PIA E/OU TANQUE	UN	4,00	5,70	22,80
1,07	0010040087	RETIRADA DE PORTAS E/OU JANELAS DE MADEIRAS	M2	1,28	8,35	10,69
1,08	C2211	RETIRADA DE VIDROS C/ REAPROVEITAMENTO	M2	25,80	30,59	789,16
		Subtotal				4.426,17
2,00	002	Grupo: MOVIMENTO DE TERRA				
2,01	0020040004	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE	M3	20,55	15,79	324,43
2,02	0020040025	TRANSPORTE DE MATERIAL EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M3, DMT ATÉ 5KM (INCLUSIVE EMPOLAMENTO)	M3	20,55	18,89	388,14
		Subtotal				712,57
3,00	008	Grupo: PAREDES E PAINÉIS				
3,01	0080010011	ALVENARIA DE TIJOLO FURADO ESP. = 10CM	M2	28,56	37,94	1.083,50
3,02	0080040001	ADICIONAL DE FERRAGEM P/ PORTA DE DIVISÓRIA COMPLETA (FORN. E MONTAGEM)	UN	3,00	237,50	712,50
3,03	0080040002	ASSENTAMENTO DE DIVISÓRIA (S/ AQUISIÇÃO)	M2	38,69	10,75	415,92
3,04	0080040007	DIVISÓRIA ACÚSTICA COMPOSTA POR PAINÉIS FIXOS DE VIDROS DUPLOS, LINHA A-46 EUROPÉIA	M2	30,83	1713,55	52.825,18
3,05	0080040009	DIVISÓRIA DE GESSO ACARTONADO E=70mm - DRY WALL (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	M2	7,70	98,03	754,79
3,06	0080060009	BANCADA EM GRANITO	M2	8,84	308,28	2.725,15
		Subtotal				58.517,04
4,00	009	Grupo: ESQUADRIAS E FERRAGENS				
4,01	0090010001	ASSENTAMENTO DE ESQUADRIA DE MADEIRA (S/	M2	12,33	13,05	160,91



		AQUISIÇÃO)				
4,02	0090010050	PORTA TIPO PARANÁ DE CORRER COMPLETA	M2	6,70	311,49	2.086,97
4,03	0090030013	JANELA DE ALUMÍNIO BASCULANTE COM VIDRO MINI-BOREAU (FORN. E MONTAGEM)	M2	2,10	259,20	544,32
4,04	0090050038	PUXADOR EM AÇO INOX ESCOVADO 2" C=1,00M	UN	6,00	408,91	2.453,48
		Subtotal				5.245,67
5,00	010	Grupo: VIDROS				
5,01	0100020002	PAINEL FIXO DE VIDRO TEMPERADO 10MM, INCOLOR COM FERRAGENS INOX (FORN. E MONTAGEM)	M2	53,18	327,80	17.432,40
5,02	0100020005	PORTA DE VIDRO TEMPERADO ESP. = 10MM INCOLOR COM MOLA E FERRAGENS INOX (FORN. E MONTAGEM)	M2	5,20	789,18	4.103,71
		Subtotal				21.536,11
6,00	011	Grupo: COBERTAS				
6,01	0110040030	REFORMA E RECUPERAÇÃO DE TOLDO, INCL. LONA, PINTURA E REASSENTAMENTO	M2	163,97	59,06	9.684,60
6,02	0110040042	TELHA DUPLA ALUMÍNIO 5,00MM COM RECHEIO DE LÃ DE VIDRO (S/ PINTURA)	M2	32,15	106,19	3.413,93
		Subtotal				13.098,53
7,00	013	Grupo: REVESTIMENTOS				
7,01	0130010001	CHAPISCO DE BASE TRAÇO 1:3	M2	58,89	4,15	244,39
7,02	0130010003	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3	M2	36,68	20,86	765,24
7,03	0130010006	REBOCO DE PAREDES	M2	36,68	16,30	597,88
7,04	0130020015	PASTILHA DE PORCELANA ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE	M2	14,50	146,40	2.122,80



7,05	0130020046	REVESTIMENTO EM CERÂMICA DE 1ª QUALIDADE 20X20 CM ASSENT. COM ARGAM. INDUSTRIALIZADA (COM REJUNTAMENTO)	M2	52,14	60,50	3.154,47
7,06	0130030005	FORRO DE GESSO ACARTONADO TIPO F.G.A. ARAMADO (FORN. E MONTAGEM)	M2	138,45	37,91	5.248,99
		Subtotal				12.133,77
8,00	015	Grupo: INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS / SANITÁRIAS				
8,01	0150040059	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL D = 32 X 25MM	UN	82,00	3,41	279,83
8,02	0150040121	JOELHO PVC 45° MARROM- 25MM	UN	12,00	5,53	66,30
8,03	0150040141	JOELHO PVC SOLDÁVEL MARROM D=25MM	UN	39,00	4,61	179,89
8,04	0150040180	LUVA PVC SOLDÁVEL/ROSCA D=25MMX3/4"	UN	101,00	4,90	494,90
8,05	0150040276	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL, PONTA E BOLSA 25MM	M	114,00	6,34	722,48
8,06	0150040277	TUBO DE PVC RÍGIDO, SOLDÁVEL, PONTA E BOLSA 32MM	M	66,00	10,85	716,10
8,07	0150100027	CUBA DE LOUÇA DE EMBUTIR COMPLETA COM TORNEIRA CROMADA E ACESSÓRIOS CROMADOS	UN	4,00	228,16	912,65
8,08	0150140039	FITA PERFURADA LATÃO ESTANHADO P/ EQUALIZAÇÃO 20MM DE LARGURA, ROLO COM 3M	UN	6,00	26,25	157,50
8,09	0150140062	PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	5,00	150,30	751,50
8,10	0150140063	PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	1,00	134,44	134,44
		Subtotal				4.415,58
9,00	016	Grupo: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, TELEFONIA, LÓGICA E SOM				
9,01	0160010006	ARRUELA LISA DE 1/4"	UN	40,00	0,38	15,00
9,02	0160010009	BUCHA DE NYLON S-6 COM PARAFUSOS	UN	50,00	0,39	19,38



9,03	0160010013	CURVA P/ ELETRODUTO PVC ROSC. D=25MM (1")	UN	11,00	4,14	45,51
9,04	0160010017	CURVA P/ ELETRODUTO PVC ROSC. D=60MM (2 1/4")	UN	5,00	15,69	78,44
9,05	0160010020	ELETRODUTO EM PEAD, PRETO, CORRUGADO FLEXÍVEL D= 1.1/2"	M	50,00	11,55	577,50
9,06	0160010021	ELETRODUTO EM PEAD, PRETO, CORRUGADO FLEXÍVEL D=1.1/4"	M	25,00	11,21	280,31
9,07	0160010029	ELETRODUTO PVC ROSC. D=25MM (3/4")	M	21,00	7,10	149,10
9,08	0160010030	ELETRODUTO PVC ROSC. D=32MM (1")	M	36,00	9,65	347,40
9,09	0160010033	ELETRODUTO PVC ROSC. D=60MM (2")	M	55,00	21,51	1.183,19
9,10	0160010047	LUVA P/ ELETRODUTO PVC ROSC. D=25MM (3/4")	UN	20,00	1,58	31,50
9,11	0160010048	LUVA P/ ELETRODUTO PVC ROSC. D=32MM (1")	UN	16,00	2,61	41,80
9,12	0160010051	LUVA P/ ELETRODUTO PVC ROSC. D=60MM (2")	UN	10,00	6,56	65,63
9,13	0160020001	BOX RETO DE ALUMÍNIO 1"	UN	36,00	6,20	223,20
9,14	0160020012	CONDULETE DE ALUMÍNIO 3/4"	UN	29,00	16,74	485,39
9,15	0160020034	TUBO METÁLICO FLEXÍVEL TIPO SEALTUBO DIAM.= 1"	M	40,00	13,60	544,00
9,16	84158	BUCHA / ARRUELA ALUMINIO 1"	UN	17,00	1,51	25,71
9,17	73861/006	CONDULETE MONTÁVEL 1" C/ TAMPA	UN	12,00	23,51	282,15
9,18	COTAÇÃO	UNIDUT 1"	UN	34,00	3,63	123,25
9,19	0160030001	ACOPLAMENTO EM PAINEL P/ ELETROCALHA 100X50MM	UN	42,00	9,38	393,75
9,20	0160030010	CANALETA PLÁSTICA 20X10MM	M	53,00	7,26	384,91
9,21	0160030011	CANALETA PLÁSTICA 20X50MM	M	58,00	30,20	1.751,60
9,22	0160030041	EMENDA INTERNA TIPO "L" P/ PERFILADO GALVANIZADO	UN	15,00	11,76	176,44
9,23	0160030046	JUNÇÃO SIMPLES PARA ELETROCALHA PERFURADA	UN	52,00	7,20	374,40
9,24	0160030060	SAÍDA HORIZONTAL PARA ELETRODUTO 1"EM	UN	12,00	13,65	163,80



		ELETROCALHA				
9,25	0160040012	BUCHA E ARRUELA DE FERRO GALV. D=25MM (1")	PAR	17,00	1,55	26,35
9,26	COTAÇÃO	PARAFUSO 1/2" X 1/4"	UN	18,00	0,15	2,70
9,27	0160050007	ESPELHO P/ CX. 4X2 COM 01 PONTO	UN	23,00	6,58	151,23
9,28	0160050008	ESPELHO P/ CX. 4X2 COM 02 PONTOS	UN	12,00	7,51	90,15
9,29	0160050015	INTERRUPTOR DUAS TECLAS SIMPLES 10A 250A - EM CONDULETE	UN	10,00	21,88	218,75
9,30	0160050025	INTERRUPTOR TRES TECLAS SIMPLES 10A 250V	UN	20,00	27,25	545,00
9,31	0160050042	TOMADA 2P+T 10A 250V	UN	32,00	19,24	615,60
9,32	0160050043	TOMADA 2P+T PARA COMPUTADOR EM CONDULETE	UN	30,00	39,34	1.180,13
9,33	0160050056	TOMADA UNIVERSAL 10A 250V EM CONDULETE	UN	20,00	12,88	257,50
9,34	0160060027	CABO FLEXÍVEL 750V - 2.5MM2	M	1500,00	3,34	5.006,25
9,35	0160060028	CABO FLEXÍVEL 750V - 25MM2	M	100,00	14,23	1.422,50
9,36	0160060029	CABO FLEXÍVEL 750V - 4MM2	M	800,00	4,44	3.550,00
9,37	0160060067	CABO LÓGICO UTP (10MPBS) 4 PARES	M	1300,00	6,90	8.970,00
9,38	0160060120	TERMINAL DE PRESSÃO P/ CABOS ATÉ 16MM2	UN	20,00	8,54	170,75
9,39	0160060121	TERMINAL DE PRESSÃO P/ CABOS ATÉ 35MM2	UN	25,00	10,45	261,25
9,40	0160060122	TERMINAL OLHAL DE 5/8"	UN	52,00	15,11	785,85
9,41	0160070030	SPLIT 12000 BTUS (INSTALADO)	UN	1,00	2625,00	2.625,00
9,42	0160070036	SPLIT 48000 BTUS (INSTALADO)	UN	2,00	6097,50	12.195,00
9,43	0160080033	LUMINÁRIA CIRCULAR DE EMB. ALUMÍNIO PINT. BCO, REFL. AL. ANOD., DIFUS. VIDRO TEMP., LÂMP. 2X26W E REATOR	UN	8,00	139,46	1.115,70
9,44	0160080039	LUMINÁRIA DE EMB. COM CORPO E ALETAS EM CHAPA DE AÇO BCA E REFLETOR ALTO BRILHO COM LÂMP.FLUORESC. 2X32W	UN	20,00	201,44	4.028,75



9,45	0160110009	CAIXA DE DERIVAÇÃO P/ ELETROCALHA DIMENSÕES 200X100X100X75MM	UN	10,00	48,21	482,13
9,46	0160110031	CAIXA DE PASSAGEM EMBUTIDA COM TAMPA CEGA 120X120X12CM	UN	12,00	192,00	2.304,00
9,47	0160110045	CAIXA DE TOMADAS PARA PISO ELEVADO 3X25X70, PARA PONTOS DE REDE E PONTOS DE TOMADAS.	UN	24,00	64,88	1.557,00
9,48	0160110070	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ DE EMBUTIR COMPLETO ATÉ 24 CIRCUITOS COM BARRAMENTO/DISJUNTORES	UN	2,00	825,89	1.651,78
9,49	0160140007	ANILHAS P/ IDENTIFICAÇÃO DE CABOS/FIOS	UN	52,00	0,63	32,50
9,50	0160140038	BUCHA S-8 COM PARAFUSO	UN	50,00	0,64	31,88
9,51	0160140100	CAIXAS 4X4X2 " CONFECCIONADS EM MATERIAL TERMOPLASTICO	UN	5,00	10,10	50,50
9,52	0160140137	CONECTOR RJ45 MACHO	UN	32,00	3,30	105,60
9,53	0160140351	INTERRUPTOR COM 1 TECLA SIMPLES EM CONDULETE - COMPLETA	UN	35,00	13,00	455,00
9,54	0160140365	KIT DE MONTAGEM PARAFUSOS / PORCAS GAIOLA (FORN. E MONTAGEM)	UN	5,00	364,50	1.822,50
9,55	0160140389	ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAIS COM ANÉIS (1U)	UN	7,00	41,41	289,89
9,56	0160140397	PARAFUSO E BUCHA S10	PAR	4,00	12,43	49,70
9,57	0160140414	PONTO ELÉTRICO - MATERIAL E EXECUÇÃO	PT	50,00	149,56	7.478,13
9,58	0160140417	PONTO LÓGICO COM 1 TOMADA COM CONECTOR RJ 45 (APARENTE)	UN	15,00	132,26	1.983,94
9,59	0160140418	PONTO LÓGICO COM 1 TOMADA COM CONECTOR RJ 45 (PISO)	UN	5,00	139,78	698,88



9,60	0160140419	PONTO LÓGICO COM 2 TOMADAS COM CONECTOR RJ 45 (EMBUTIDAS NA PAREDE OU APARENTE)	UN	15,00	216,88	3.253,13
9,61	0160140420	PONTO P/ AR CONDICIONADO - MATERIAL E EXECUÇÃO	UN	3,00	101,19	303,56
9,62	0160140424	PORCA SEXTAVADA DE 1/4	UN	4,00	0,13	0,50
9,63	0160140450	RÉGUA DE TOMADA 4 PONTOS	UN	1,00	34,63	34,63
9,64	0160140451	RÉGUA DE TOMADA 6 PONTOS (FORN. E MONTAGEM)	UN	1,00	121,00	121,00
9,65	0160140531	TOMADA (2 P+T) 16 A-220V,BLINDADA DE EMBUTIER, USO INDUSTRIAL , GRAU DE PROTEÇÃO IP 67, COM CAIXA	UN	30,00	151,10	4.533,00
9,66	0160140544	TOMADA UNIVERSAL DUPLA 2P+T - 220V EM CX. 4"x2" - COMPLETA	UN	20,00	21,23	424,50
9,67	COTAÇÃO	FITA PERFURADA AÇO GALVANIZADO 0,19MM X 25M	M	6,00	0,95	5,70
9,68	COTAÇÃO	PINO C/ ROSCA VALCIVA 20-1/4"	UN	4,00	0,46	1,85
9,69	COTAÇÃO	MICROCOMPUTADOR COM DISCO RÍGIDO 500GB, PROCESSADOR PENTIUM DUAL CORE COM:MONITOR DE 15", TECLADO, MOUSE E NO BREAK OU SIMILAR.	UN	1,00	2233,75	2.233,75
9,70	0160150009	CABO VGAS/VGARGB BLINDADO	M	40,00	18,94	757,50
9,71	0160150011	CÂMERA FIXA INFRA P/ 25MTS 420L, FONTE 12V 500MA - INSTALADA E PROGRAMADA	UN	18,00	401,88	7.233,75
9,72	0160150016	CONECTOR VGA/SVGA DB-15	UN	2,00	45,38	90,75
9,73	0160150034	MONITOR DE VÍDEO LCD 32" HDTV C/ SUPORTE UNIVERSAL P/ TV LCD 14" A 71"	UN	2,00	1994,38	3.988,75
9,74	0160150036	ORGANIZADOR HORIZONTAL DE CABOS PADRÃO 19"	UN	24,00	52,00	1.248,00
9,75	0160150040	PATCH CABLE IDC/IDC CAT. 5E - 4 PARES 1,5M AZ	UN	5,00	58,34	291,69
9,76	0160150043	PATCH CABLE IDC/RJ45 CAT. 6 VM 2,5M	UM	30,00	50,19	1.505,63



9,77	COTAÇÃO	LEITOR DE PONTO DIGITAL (BIOMÉTRICO) COM COMUNICAÇÃO TCP/IP SERIAL E PENDRIVE OU SIMILAR.	UN	3,00	3450,00	10.350,00
		Subtotal				106.352,88
10,00	017	Grupo: PINTURAS				
10,01	0170010003	EMASSAMENTO EM FORRO 2 DEMÃOS COM MASSA DE PVA	M2	50,00	11,45	572,50
10,02	0170010004	EMASSAMENTO EM PAREDE EXTERNAS 2 DEMÃOS COM MASSA ACRÍLICA	M2	475,07	12,89	6.122,40
10,03	0170010007	LATEX ACRÍLICO 2 DEMÃOS EM FORRO (S/ MASSA)	M2	138,45	16,39	2.268,85
10,04	0170010008	LATEX ACRILICO 2 DEMÃOS EM PAREDES (S/ MASSA)	M2	475,07	14,83	7.042,84
10,05	0170030009	APLICAÇÃO DE ZARCÃO MARÍTIMO EM SUPERFÍCIE METALICA	M2	158,30	16,26	2.574,35
10,06	0170030012	ESMALTE 2 DEMÃOS, TIPO AUTOMOTIVA, EM SUPERFÍCIE METÁLICAS	M2	158,30	40,34	6.385,43
		Subtotal				24.966,37
11,00	019	Grupo: MUROS E FECHAMENTOS				
11,01	0190040002	BORBOLETA COM CONTADOR DE ACESSO	UN	2,00	2419,19	4.838,38
11,02	0190040015	CORRIMÃO TUBULAR EM AÇO GALVANIZADO D=1 1/2", COM ACABAMENTO EM PINTURA ESMALTE SINTÉTICO	M	10,12	104,09	1.053,37
		Subtotal				5.891,74
12,00	021	Grupo: ACESSIBILIDADE À EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS				
12,01	0210040003	PISO PODOTÁTIL INTERNO EM BORRACHA 30X30CM ASSENTAMENTO COM COLA VINIL (FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO)	M2	19,25	120,79	2.325,16
		Subtotal				2.325,16



EDITAL Nº 1992/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015 – OBRA
PROCESSO ADM. Nº P507803/2015

FL. | 35

13,00	022	Grupo: SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
13,01	0220010001	LIMPEZA DA OBRA	M2	142,13	5,69	808,36
13,02	0220010002	LIMPEZA DE CALHAS	M3	25,50	34,59	881,98
13,03	0220010003	LIMPEZA DE VIDROS	M2	17,50	5,69	99,53
Subtotal						1.789,88

VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO DE OBRA (R\$):	261.411,46
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO COM DESCONTO - XX% (R\$):	261.411,46

*** Desconto de XX% de acordo como o Orçamento Licitado da Empresa.

Importa o presente orçamento no valor de **R\$ xx.xxx,xx** (Centavos).

Elaborado por:	Conferido por:
----------------	----------------

Visto do Chefe do Distrito:	Visto do Chefe de Obras:
-----------------------------	--------------------------

Visto do Secretário:



EDITAL Nº 1992/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2015 – OBRA
PROCESSO ADM. Nº P507803/2015

FL. | 36



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA REGIONAL I - SER I
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: REFORMA DA CENTRAL DE ATENDIMENTO													ORÇAMENTO:		
LOCAL: RUA DOM JERÔNIMO, 20													001/2015		
TRECHO:ÁREA INTERNA E EXTERNA DOS ANEXOS DA REGIONAL I													DATA :		
BAIRRO: FARIAS BRITO													09/01/2015		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL R\$	30 DIAS		60 DIAS		90 DIAS		120 DIAS		150 DIAS		180 DIAS		%EXEC
			VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
1	Serviços Preliminares	4.426,17	2.213,09	50%	2.213,09	50%	-		-		-		-		100%
2	Movimento de Terra	712,57	285,03	40%	285,03	40%	142,51	20%	-		-		-		100%
8	Paredes e Painéis	58.517,04	17.555,11	30%	17.555,11	30%	23.406,82	40%	-		-		-		100%
9	Esquadrias e Ferragens	5.245,67	-		786,85	15%	786,85	15%	1.049,13	20%	1.049,13	20%	1.573,70	30%	100%
10	Vidros	21.536,11	-		2.153,61	10%	4.307,22	20%	6.460,83	30%	6.460,83	30%	2.153,61	10%	100%
11	Cobertas	13.098,53	1.309,85	10%	1.309,85	10%	3.929,56	30%	2.619,71	20%	2.619,71	20%	1.309,85	10%	100%
13	Revestimentos	12.133,77	1.820,07	15%	1.820,07	15%	1.213,38	10%	2.426,75	20%	2.426,75	20%	2.426,75	20%	100%
15	Instalações Hidráulicas/Sanitárias	4.415,58	-		441,56	10%	662,34	15%	883,12	20%	883,12	20%	1.545,45	35%	100%
16	Instalações Elétricas	106.352,88	-		5.317,64	5%	26.588,22	25%	31.905,86	30%	21.270,58	20%	21.270,58	20%	100%
17	Pinturas	24.966,37	-		2.496,64	10%	2.496,64	10%	4.993,27	20%	6.241,59	25%	8.738,23	35%	100%
19	Muros e Fechamentos	5.891,74	-		589,17	10%	1.178,35	20%	1.767,52	30%	1.767,52	30%	589,17	10%	100%
21	acessibilidade à edificações e espaços	2.325,16	-		-		-		-		1.162,58	50%	1.162,58	50%	100%
22	Serviços Complementares	1.789,88	-		-		357,98	20%	357,98	20%	536,96	30%	536,96	30%	100%
VALOR DO ORÇAMENTO		261.411,46	23.183,14	9%	34.968,62	13%	65.069,85	25%	52.464,18	20%	44.418,77	17%	41.306,89	16%	100%



ANEXO IV

Memorial descritivo e/ou especificações complementares

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REFORMA NA CENTRAL DE ACOLHIMENTO

LOCAL: RUA DOM JERÔNIMO, 20

TRECHO: NA SEDE DA SR I

BAIRRO: FARIAS BRITO

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SECRETARIA REGIONAL I – SR I.

CIDADE: FORTALEZA

Capítulo I

Introdução e Esclarecimentos

1. Introdução

O presente Caderno Geral de Encargos, aqui apresentado engloba as obrigações da empresa executora dos serviços, doravante designada como **CONTRATADO**; serviços estes que foram contratados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), através de sua Secretaria Regional I (SER I), doravante designada de **CONTRATANTE**, no que se refere às Especificações e Normas de Execução destes mesmos serviços, conforme padronização estabelecida pela Contratante, e também, em perfeita observância e obediência às Normas e Instruções estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2. Fiscalização

A Contratante manterá, na obra, engenheiros e técnicos pertencentes ao seu quadro de funcionários, devidamente credenciados e autorizados a exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços necessários à construção objetivada, constituindo a entidade que doravante será denominada de FISCALIZAÇÃO.

O Contratado deverá manter no local da obra:

- a) Livro de Ocorrências, conforme modelo próprio, a ser fornecido pela Contratante.



- b) Uma via do Contrato e seus Anexos e Complementos
- c) Cópias dos desenhos e Memoriais Descritivos ou de Calculo dos Projetos, assim como os seus detalhes de execução, para uso exclusivo da Fiscalização
- d) Registros, no Livro de Ocorrências, das alterações devidamente autorizadas pela Fiscalização
- e) Um Engenheiro Civil residente, seu representante na Obra.
- f) Cópia da Planilha Orçamentária, do Cronograma Físico-Financeiro aprovado e das Especificações contidas neste Caderno de Encargos e eventuais Especificações Especiais.
- g) 4ª Via da Anotação de Responsabilidade Técnica da Obra (ART), emitida pelo CREA-CE.

3. Generalidades:

3.1. Preliminares

Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com este Caderno de Encargos, salvo disposições impostas em especificações particulares e/ou expressamente destinadas ao projeto dos serviços a executar.

Todos os materiais serão fornecidos pelo Contratado, salvo o disposto em contrário neste Caderno de Encargos ou Especificações Particulares, assim como toda a mão de obra.

A Fiscalização poderá rejeitar, em todo ou em parte, os trabalhos e serviços que não tenham atendido ou satisfeito às condições contratuais ou as Especificações deste Caderno de Encargos ou, ainda, as Especificações Particulares e restritas a estes mesmos serviços, assim como às normas e instruções da A.B.N.T.

Ficará o Contratado obrigado a demolir e a refazer os trabalhos rejeitados, logo após a correspondente notificação da Fiscalização, devidamente registrada no Livro de Ocorrências da obra; sendo de inteira responsabilidade do Contratado os ônus decorrentes desta providência.

Fazem parte integrante deste Caderno de Encargos, independentemente de transcrição, todas as Normas (NB's) da A.B.N.T. relacionadas com os trabalhos e serviços abrangidos por este Caderno de Encargos, assim como os que constituem objeto do correspondente Contrato e/ou ainda, constantes da sua correspondente Planilha Orçamentária.

3.2. Projetos e Especificações

Os serviços serão executados em estrita e total observância às indicações constantes dos projetos fornecidos pela Contratante e constantes deste Caderno de Encargos ou Especificação Particular de Serviços Especiais.



Durante a evolução da construção, poderá a Contratante apresentar desenhos complementares aos Projetos fornecidos, os quais serão também devidamente autenticados pelo Contratado, e de acordo com o seu entendimento, este último, deverá pedir esclarecimentos sobre os novos detalhes e suas especificações.

Caso haja autorização por parte da Contratante, o Contratado poderá elaborar desenhos de sugestão de detalhes de execução, os quais serão previamente, examinados e devidamente autorizados e autenticados pela Fiscalização.

3.3. Visita prévia do Contratado

O Contratado deverá realizar uma visita ao local da obra, antes da apresentação de sua proposta, pois cabe a ele a responsabilidade pela execução de todos os serviços complementares necessários ao perfeito funcionamento da obra em si, sem que para estes serviços possa caber algum pedido de indenização, remuneração e/ou reajuste de preços.

3.4. Contrato: Disposições Contratuais

Em caso de dúvida ou divergência na interpretação dos projetos, das Especificações deste Caderno de Encargos, Especificações do Projeto, etc., primeiramente, deverá ser consultada a Fiscalização.

Em caso de divergência entre as Especificações deste Caderno de Encargos e as Especificações do Projeto, prevalecerão as do primeiro. Quaisquer divergências entre a Planilha Orçamentária e as Especificações deste Caderno de Encargos, prevalecerão estas últimas. Em caso de divergência entre qualquer um destes elementos citados e o contrato prevalecerá este último.

3.5. Responsabilidade da obra

A responsabilidade técnica da obra será atribuída à profissional pertencente ao quadro de pessoal do Contratado, devidamente habilitado e registrado no CREA-CE, através da obtenção e registro, junto a este último, da correspondente ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da obra.

3.6. Registro da obra em órgãos competentes

O Contratado deverá obter todas as licenças da obra e suas eventuais e necessárias renovações, junto aos órgãos competentes, ou seja, deverá atender as determinações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA – CE, entre outros, notadamente ao que se relaciona com a colocação de placas no local da obra, contento os nomes e números de inscrições dos autores dos projetos e dos responsáveis pela construção, licenças, alvará de construção da obra, etc.

3.7. Entrega da obra

Quando as obras estiverem concluídas, serão observadas as disposições relativas ao assunto, constantes do correspondente Contrato.



Capítulo II

Serviços Preliminares

1. Equipamentos e Materiais de Segurança

Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela portaria 3.214, de 08-06-78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06-07-78 (Suplemento), e posteriormente a qualquer outra Norma que venha a substituí-la ou modificá-la.

2. Materiais

Os materiais serão comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente as condições estipuladas e/ou impostas em projeto e obedecerão as normas impostas pela A.B.N.T. e as constantes deste Caderno de Encargos. Se houver as citações "primeira qualidade" e/ ou "similar" significa que quando existirem diferentes graduações de qualidade de um mesmo insumo, o Contratado deverá sempre ser utilizar a de qualidade superior.

3. Demolições, retiradas e reposições.

Serão retirados: toda a área de forro de gesso da Central de Acolhimento; as divisórias de vidro da área interna; lavatórios dos banheiros masculinos e femininos; brises da área interna e fachada sul. Demolição: paredes de alvenaria e cerâmicas de áreas específicas mostradas no projeto de demolição. Fica sob a responsabilidade do contratado a locação correta de tapumes de maneira a impedir a circulação de pessoas alheias à execução da obra.

4. Carga e Transporte Manual de Material:

Ficam a cargo do Contratado, todas as despesas com os transportes decorrentes da execução dos serviços. Estes serviços devem ser executados de forma a não causar nenhum transtorno ao tráfego local, assim como não promover nenhuma retenção ou perturbação do trânsito de pedestre e de veículos.

Capítulo III

Fundações

1. Condições gerais:

A execução das fundações deverá satisfazer as normas da ABTN atinentes ao assunto e as dimensões e profundidades constantes do Projeto, e perfeitamente de acordo com os elementos planimétricos de locação, bem como o exposto neste Caderno de Encargos.

Caberá ao Contratado a inteira responsabilidade técnica e financeira pela execução dos serviços de fundações, bem como por qualquer deficiência na execução destes serviços ou por danos e prejuízos que as mesmas venham causar em edificações em construção, bem como naquelas já existentes e vizinhas.



Para fundações rasas, não havendo indicação contrária nos Projetos e/ou Especificações referentes às dimensões das cavas, as mesmas serão de no mínimo, 0.40 x 0.60m e profundidade determinada pelo nível em que se encontre o solo de boas condições geológicas e de suporte. A profundidade máxima será no mínimo de 1,50m x 1,50m.

2. Fundações Rasas

Os fundos das valas deverão estar isentos de pedras soltas e detritos orgânicos, e apresentando-se perfeitamente planos e horizontais, podendo eventualmente formar degraus quando as condições do terreno assim exigirem, a critério e com a aprovação da Fiscalização. Serão abundantemente molhados com a finalidade de localizar possíveis elementos estranhos (raízes, formigueiros, etc.) não aflorados, que serão acusados por percolação da água. Em seguida, o solo será fortemente apilado, com utilização de malho de, no mínimo, 30kg.

Capítulo IV

Revestimentos

1. Forro

Será removida a área total de forro existente, sendo que em seu lugar será inserido forro de gesso acartonado do tipo V.G.A aramado.

Capítulo V

Parede e painéis

1. Paredes

Será demolida a parede frontal do faldrário assim como as divisórias de vidro que vedam os dois ambientes seguintes. Após a demolição serão inseridas novas paredes, conforme projeto e criado dois novos espaços kids e copa para funcionários.

2. Vitrais

Será colocado 49 (quarenta e nove) vitrais de alumínio de 1,00 x 1,10m (com vidro temperado) nos espaços da estrutura metálica do prédio da central de Acolhimento, sendo que em 18 (dezoito) deles serão revestidos por imagens constantes no banco de dados do projeto.

Capítulo VI

Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Pluviais

1. Tubos e Conexões de PVC

Serão trocadas caixas de descarga e substituídas às mangueiras dos bidês com defeito.



Capítulo VII **Instalações Elétricas**

1. Memorial Descritivo

1.1. Serão instalados novas luminárias no com lâmpadas na área abrangente da central de acolhimento.

1.2. O dimensionamento da fiação será de acordo com a distribuição do a localização das luminárias.

1.3. A fiação de alimentação será de especifica de acordo com a instalação descrita no projeto.

2. Especificações Técnicas

2.1. Normas gerais

O material para instalação elétrica satisfará as normas específicas da ABNT, e sua instalação obedecerá rigorosamente às especificações, o posicionamento, a quantificação e as demais indicações constantes do Projeto fornecido ao Contratado ou Fiscalização.

O início da montagem dos dutos para a cabeação, só poderá ser iniciada após a apresentação à Fiscalização da correspondente aprovação do Projeto por parte da Concessionária local.

O Contratado deverá submeter, em tempo hábil, os projetos de instalações às Concessionárias ou entidades responsáveis da área específica envolvida. No caso de constatação da necessidade de modificações por contrariar as referidas Normas das Concessionárias, o Projeto deverá sofrer a necessária revisão. Se o Projeto foi fornecido pela Contratante, o autor deste Projeto fará a solicitada revisão sem nenhum ônus para a Contratante e se a responsabilidade do Projeto é do Contratado, este último deve providenciar sua revisão, também sem nenhum ônus para a Contratante. A execução das instalações só poderá ser executada por profissionais devidamente habilitados.

As instalações elétricas, só serão consideradas concluídas e conseqüentemente aceitas, quando entregues, testadas e em perfeitas condições de funcionamento, assim como ligadas as redes locais, com aprovação por escrito pela Fiscalização, através de registro no Livro de Ocorrências.

2.2. Condutos

Os eletrodutos serão de PVC rígido em toda instalação, salvo indicação contrário constante do Projeto de Instalações Elétricas. Suas junções e demais equipamentos de condução e sustentação das fiações serão executadas com a utilização de luvas e as ligações dos mesmos com a utilização de caixas que conterão arruelas apropriadas, sendo todas as junções vedadas com adesivo. Não serão empregadas curvas com deflexão maior que 900.

Em todos os desvios e/ou conexões dos eletrodutos, deverão ser utilizados curvas e luvas rosqueadas, não sendo permitida a confecção de curvas pelo o aquecimento e dobra destes eletrodutos.



2.3. Luminárias

Todas as luminárias obedecerão às especificações e posicionamento previstos no Projeto de Instalações Elétricas e/ou Planilha Orçamentária.

Não será aceito nenhum material que não apresente, de maneira bem visível, a sua marca e as suas próprias e particulares especificações de fabricação e aplicação, tais como: potência, amperagem e resistência máximas.

2.4. Fiação

As emendas de fios e cabos serão executadas com conectores apropriados e guarnecidos com fitas isolantes idealmente recomendadas para cada tipo de isolamento. Não se admitindo fios desencapados.

Todas as fixações da fiação obedecerão rigorosamente às especificações do Projeto de Instalações Elétricas, e na falta destas, obedecerão às orientações da Fiscalização.

2.5. Quadros

O quadro de medição de luz e força será normalmente de chapa de aço, com pintura de proteção anti-corrosiva, equipados com chaves apropriadas, previstas no Projeto e eventualmente outros dispositivos de controle e proteção, usualmente utilizados.

As dimensões dos quadros, disposições, locações e suas ligações nas chaves obedecerão às indicações constantes do Projeto.

As portas dos quadros, serão normalmente protegidas por um painel de chapa, com pintura de proteção anti-corrosiva, com vazados e outros detalhes para a passagem de alavancas e outros dispositivos mecânicos das chaves, ou então para visualização de medidores e outros dispositivos.

2.6. Ar condicionado

Serão instalados 03 ares condicionados em pontos específicos (ver projeto), sendo 02 (dois) de 48.000BTU's e 01 (um) de 12.000BTU's.

2.7. Câmera infravermelha

Serão locadas 18 (dezoito) câmeras infravermelhas em pontos específicos (conforme projeto) para controle de acesso a central de Acolhimento e a demais pontos da regional.

2.8. Ponto digital

Serão fixados em local específico 03 (três) pontos digitais com a finalidade de controle de chegadas e saídas dos funcionários da Secretaria Regional I.

Capítulo VIII



Cobertura

1. Cobertura de toldo

Será recuperada e pintada a superfície do toldo que cobre a central de acolhimento, assim como feito uma restauração na estrutura de que sustenta o mesmo como uma posterior pintura de zarcão.

2. Cobertura de telha dupla alumínio 5,00mm com recheio de lã de vidro (s/ pintura).

Serão removidos o percentual de telhas danificadas e substituídas por novas telhas (telha dupla alumínio 5,00mm com recheio de lã de vidro s/ pintura) .

Capítulo IX

Pinturas

1. Pinturas de parede e forros

Serão emassadas e pintadas às paredes internas e externas do prédio da central de acolhimento.

2. Pinturas de superfície metálica

Será recuperada e pintada com zarcão a estrutura que suporta a cobertura geral (toldo) da central de acolhimento.

Capítulo X

Muros e fechamentos

1. Catracas e corrimão

Serão colocadas duas catracas na entrada que dará acesso ao interior da Secretaria Regional I, sendo que os espaços não obstruídos por elas para entrada na regional serão preenchidos por corrimão.

Capítulo XI

Acessibilidade

1. Piso podotátil

Será removido o piso tátil existe e colocado novo conforme projeto.

Capítulo XII

Serviços Complementares



1. Disposições Gerais

Após a conclusão dos serviços e antes da entrega da obra será feita uma limpeza geral.

Todo entulho será carregado e removido para fora do Canteiro da Obra por conta do Contratado.

2. Considerações Gerais

Qualquer discrepância com as especificações contidas neste Caderno de Encargos, referentes aos processos construtivos, traços, ou até mesmo, alterações nas especificações de materiais e serviços constantes da correspondente Planilha Orçamentária, será esclarecida, através da Fiscalização, pelo Órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha Orçamentária; assim como serão também, dirimidas as eventuais dúvidas originadas por estas mesmas alterações.

O CONTRATADO será responsável e responderá durante 5 (cinco) anos pela execução e qualidade dos materiais empregados nos termos do Artigo 1245 do Código Civil Brasileiro que diz: “Nos contratos de empreitada de edifício ou outras construções consideráveis o empreiteiro de materiais e execução responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho assim em razão dos materiais como solo, exceto, quanto a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da Obra”.

Todos os projetos complementares serão fornecidos pela Secretaria Regional I - SER I.



ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº/2015
PROCESSO ADM./2015

TERMO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA DISCRIMINADO NO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº _____ / _____ QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA REGIONAL I – SR I, E A EMPRESA _____, VENCEDORA DA LICITAÇÃO _____ (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____ / _____).

CONTRATANTE: O Município de Fortaleza, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.965.262/0001-30, representado pelo Prefeito Municipal, Dr. Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, CPF nº _____, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua _____, neste ato representado pelo titular do órgão interveniente, em razão do Decreto 12.156/2007.

INTERVENIENTE /FISCALIZADOR: Secretaria Regional I – SER I, representada por seu titular _____, residente nesta capital _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ nº _____ com sede na cidade de _____, na Rua _____, representada pelo seu Diretor o Sr. _____, nacionalidade _____, estado civil _____, CPF nº _____.

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, as partes acima mencionadas e qualificadas pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. _____ do processo administrativo nº _____ / _____, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, com as modificações posteriores - pelo estabelecido no instrumento convocatório e seus anexos, partes integrantes deste Contrato, pelos termos da proposta de preços da Contratada, e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente contrato nas disposições contidas na lei nº 8.666, de 21.06.93, publicada no DOU de 22.06.93, com suas alterações posteriores, e, em especial, nas normas e condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº _____ / _____, cuja licitação está devidamente homologada e adjudicada pelo titular da _____, com base na proposta de preços da Contratada e nos Anexos do edital partes integrantes deste termo independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA CENTRAL DE ACOLHIMENTO DA SR I, LOCALIZADA NA RUA DOM JERÔNIMO, Nº. 20, BAIRRO FARIAS BRITO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário.



CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o preço global de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotações consignadas ao Projeto/Atividade 04.122.0006.1102.0001; Elemento de Despesa 44.90.51; Fonte de Recurso 0100 do orçamento da Secretaria Regional I.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de publicação do mesmo, e o prazo para execução do objeto deste contrato é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo para início da obra pela Contratada é de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os prazos de início da etapa de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, bem como o prazo de vigência, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atuado em processo:

1. Alteração do projeto ou de especificações pela Contratante / Interveniente;
2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;
3. Interrupção da execução deste Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do Contratante / Interveniente;
4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos por lei;
5. Impedimento de execução deste Contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo Contratante / Interveniente em documento contemporâneo à sua ocorrência;
6. Omissão ou atraso de providências a cargo do Contratante / Interveniente, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pedido para a prorrogação de prazo deverá ser feito pela Contratada, por escrito, devidamente justificado, e dirigido à Contratante / Interveniente que, aceitando as razões apresentadas, concederá a prorrogação pretendida. Far-se-á a prorrogação por Termo Aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Os prazos de execução das etapas das obras e serviços objeto deste Contrato estão delineadas no Cronograma Físico do Contratante / Interveniente, que faz parte integrante deste ajuste, como se nele estivesse transcrito.

PARÁGRAFO QUINTO - O Contratante / Interveniente poderá, a seu critério, determinar a execução



antecipada de etapas de serviços, obrigando-se a Contratada a realizá-los.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

A Contratada prestará garantia de execução em uma das modalidades previstas no parágrafo primeiro do Art. 56, da Lei nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do preço global, que lhe será devolvida em uma única parcela, quando do recebimento definitivo de que trata a Cláusula Décima Terceira deste Contrato, conforme valor abaixo:

- a) VALOR: R\$ _____.
- b) MODALIDADE: _____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratante / Interveniente reserva-se o direito de, a qualquer tempo, exigir a substituição da garantia, nos casos de falência ou concordata do prestador ou de alienação de bens que possa comprometer a sua solvência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a garantia venha a ser prestada ou substituída por caução em títulos, fica o Contratante / Interveniente autorizada, expressa e irrevogavelmente, a vender os títulos caucionados, creditando o respectivo montante a seu favor, no caso de descumprimento do presente Contrato pela Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A caução em dinheiro ou título da dívida pública, durante a vigência deste Contrato, poderá ser substituída por carta de fiança de instituição bancária, com validade durante todo o período de execução da obra ou serviço, compreendidas eventuais prorrogações ou atrasos, perdurando até a data de assinatura do termo de recebimento definitivo da obra e dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - A liberação da garantia será feita após o recebimento definitivo da obra ou serviço e, quando tiver sido constituída em dinheiro, o seu valor original será corrigido pela variação do IGPM, entre a data da sua devolução e a data do depósito.

PARÁGRAFO QUINTO - A devolução da garantia dar-se-á com a apresentação das baixas no INSS e no CREA, referentes à matrícula da obra.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela SEFIN, devendo a Contratada entregar os seguintes documentos, cujas cópias serão tiradas e anexadas ao processo pelo Interveniente:

1. Nota fiscal /fatura emitida com base no certificado de medições;
2. Cópia de folha de pagamento referente exclusivamente ao segurado prestadores de mão de obra de que trata a nota fiscal /fatura, ou folha de pagamento normal com indicações desses segurados;
3. Cópia autenticada da guia de recolhimento das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados, de que trata o item 2 acima devidamente quitada por instituição bancária;
4. Cópias autenticadas das provas de regularidade com a Fazenda Federal, a qual abrange as contribuições sociais, previstas na Lei Federal nº 8.121/1991, conforme Portaria MF nº 358 de 5 de setembro de 2014, no seu prazo de validade, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados;



5. Cópia autenticada da prova de regularidade com o FGTS da sede ou filial da licitante, no seu prazo de validade, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados;
6. Cópia autenticada de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou filial da licitante, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados;
7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão feitos em parcelas mensais até o último dia útil de cada mês subsequente ao da realização dos serviços, com base nos certificados de medições realizados, após as conferências e autorizações, segundo as exigências administrativas em vigor. Se tais medições forem inferiores às previsões do cronograma físico do Contratante / Interveniente, serão pagos somente os valores das medições efetivamente conferidas, devendo a Contratada apresentar a documentação mencionada nas alíneas acima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se os serviços medidos forem superiores às previsões do cronograma físico do Contratante / Interveniente, poderão ser pagos os valores que excederem aos previstos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A SEFIN, no ato de cada pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelo recolhimento dos valores efetivamente retidos.

PARÁGRAFO QUARTO - O primeiro pagamento só será feito após a apresentação da documentação referente a licenças, seguros, alvarás e matrícula da obra no CREA e INSS.

PARÁGRAFO QUINTO - Para o pagamento dos serviços executados em cada etapa, a Contratada deverá entregar até o dia 15 (quinze) de cada mês, a nota fiscal /fatura emitida em Real e os demais documentos discriminados no *caput* desta cláusula. Caso o dia 15 (quinze) não seja dia de expediente no Município, essa data passará para o dia seguinte de expediente.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de serviços acrescidos ou realizados antecipadamente por prévia autorização do Contratante / Interveniente ou por ele determinados, os pagamentos respectivos serão feitos de acordo com o disposto no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos feitos além do prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula:

- a) Sofrerão atualização, tendo como base a variação do IGPM *pro rata tempore* entre o dia previsto e a data do efetivo pagamento;
- b) Terão a incidência de juros de mora de 12% (doze) ao ano, *pro rata tempore*, entre o dia previsto e a data do efetivo pagamento;
- c) O atraso na apresentação da documentação referida no *caput* desta cláusula implicará no pagamento sem a aplicação da correção monetária e dos juros de mora.

CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

Ocorrerá revisão de preços na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis durante a gestão contratual, bem como ocorra majoração legal de preços;



devendo a Contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico - financeiro do contrato, cabendo ao Contratante / Interveniente, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = VP (A/B – 1), onde:

AM = atualização monetária;

VP = valor presente a ser corrigido;

A = número índice fator acumulado da TR no dia anterior ao pagamento;

B = número índice fator acumulado da TR no último dia do mês a que se refere a medição.

No caso de extinção da TR, adotar-se-á índice que reflita a perda financeira do período considerado. Não haverá reajuste de preços exceto na hipótese de contrato cujo prazo de execução ultrapasse 365 dias contados a partir da data de apresentação da proposta de preços da Contratada, obedecendo à legislação federal em vigor e aplicando-se a seguinte fórmula:

R = I – I_o / I_o x P_o, onde:

R = valor do reajustamento;

I = índice constante da coluna 35 - Edificações da FGV (INCC), referente aos serviços especificados e relativo ao mês da execução destes;

I_o = índice constante da coluna 35 - Edificações da FGV (INCC), relativo ao mês de apresentação da proposta;

P_o = preço global cotado pelo licitante contratado.

O pagamento de valores correspondentes a reajustes será feito através de faturas emitidas em separado das dos serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E /OU SUPRESSÕES

Ao Contratante / Interveniente cabe o direito de promover acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, até os limites constantes do art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, mantendo-se as demais condições do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratante / Interveniente reserva-se o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações ou alterações no projeto, plantas e especificações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso as alterações e /ou modificações impliquem aumento ou diminuição dos serviços que tenham preços unitários cotados na proposta, o valor respectivo, para efeito de pagamento ou abatimento, será apurado com base nas cotações apresentadas no orçamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso as alterações e /ou modificações não tenham no orçamento da licitante os itens correspondentes com os seus respectivos preços unitários, serão utilizados os preços unitários constantes da tabela de preços utilizada pelo Contratante / Interveniente.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja acréscimo ou diminuição no volume dos serviços, este será objeto de Termo de Aditivo ao Contrato, após o que será efetuado o pagamento, calculado nos termos dos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no



caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- a) Executar as obras e serviços pelo preço global estipulado neste Contrato e entregá-los totalmente concluídos, de acordo com os projetos executivos fornecidos pelo Contratante / Interveniente em perfeito e total funcionamento, e observadas todas normas técnicas de segurança.
- b) Manter preposto aceito pelo Contratante / Interveniente no local da obra, para representá-la na execução do contrato, assim como manter durante todo o prazo de execução, e até o recebimento definitivo da obra ou serviço pelo Contratante / Interveniente, todos os profissionais qualificados detentores dos Atestados de Responsabilidade Técnica apresentados na fase de habilitação da licitação. Somente com autorização do Contratante / Interveniente, e a seu critério, poderão ser substituídos por outros portadores de ART igual ou superior.
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- d) Obedecer todas as leis, códigos e regulamentos federais, estaduais e municipais relacionados com os serviços em execução e **todas as normas de segurança aplicáveis, principalmente as Normas Regulamentadoras nº 07, 09 e 18, do Ministério do Trabalho e Emprego, que instituem, respectivamente, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil.**
- e) Responder pelos danos causados diretamente o Contratante / Interveniente ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante / Interveniente.
- f) Responder pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- g) Efetuar, caso solicitado pelo Contratante / Interveniente, testes previstos nas normas da ABNT para definir as características técnicas de qualquer equipamento, material ou serviço a ser executado.
- h) Apresentar as licenças exigidas pelos órgãos competentes para a realização dos serviços será de exclusiva responsabilidade da Contratada.
- i) Responder durante o prazo de 90 dias após a execução dos serviços, pelas faltas ou reparos, desde que a fiscalização do Contratante / Interveniente comprove que danos ocorridos tenham resultado de execução imperfeita ou inadequada às especificações de origem.
- j) Colocar as placas de sinalização da obra ou serviço, conforme modelo fornecido pelo Contratante / Interveniente.
- k) Executar a obra ou serviço de acordo com o projeto, atendidas as normas técnicas adotadas pelo Contratante / Interveniente.



l) Implantar o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, PGRCC, durante toda a execução do objeto. De acordo com a Fundamentação Legal: Art. 182 CF, Lei 6938/81; Lei 9605, de 13.02.98, Lei dos Crimes Ambientais; RES. CONAMA 307, 05.07.2002; RES. CONAMA 348, de 16.08.2004; Lei Estadual nº 13.103 de 24 de janeiro de 2001; Lei Municipal 8408, de 24.12.99; Dec. Mun. 10.696 de 02.02.2002; Dec. Mun. 11.633, de 18.05.2004; Dec. Mun. 11646, de 31.05.2004; Portaria SEMAM 06/2004, DOM, 03/10/2004.

m) As obras e serviços deverão ser executados observando os requisitos estabelecidos no Sistema de Avaliação da Conformidade, em seu nível "A", constantes do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, nos escopos a seguir: Execução de Obras de Edificação, Execução de Obras de Saneamento Básico, Execução de Obras Viárias e de Obras D'arte Especiais.

n) Entregar na assinatura do contrato o original ou cópia autenticada por cartório competente dos seguintes documentos:

1. Garantia Contratual;

2. Certificado de Regularidade de Situação (CRS), do FGTS da jurisdição da sede ou filial da Contratada, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados;

3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos, referente à quitação de tributos e contribuições Federais a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei federal nº 8212/1991, conforme portaria MF nº 358 de 5 de setembro de 2014, ou equivalente, expedida pela Procuradoria geral da fazenda Nacional e receita Federal do Brasil.

4. Certidão Negativa de Débito, ou equivalente, para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

o) Apresentar o Extrato da Ordem de Serviço junto ao Conselho Coordenador de Obras para Licenciamento Prévio da Obra e Serviço, conforme exigência da Lei nº 6915 de 05 de julho de 1991, que toda obra e serviço a ser executado no solo, subsolo e espaço aéreo de Fortaleza (implantação ou manutenção de rede de distribuição e abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, gás canalizado, transmissão telefônica, de dados de imagem, rede de telecomunicação e de TV a cabo, oleodutos e derivados do petróleo ou produtos químicos, pavimentação, drenagem, construção ou reforma de praças e canteiros centrais, obras d'arte e qualquer escavação em vias públicas), deverá ser previamente Licenciada junto ao Conselho Coordenador de Obras, mediante a apresentação do Extrato da Ordem de serviço respectiva, sob pena de infração ao Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza.

p) Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica, em nome do profissional responsável pela fiscalização da execução do objeto, devidamente expedido pelo órgão competente.

q) Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica referente a execução do objeto, devidamente expedido pelo órgão competente.

r) Disponibilizar o Diário de Obra, do início ao término da execução do contrato, para a sua verificação pelo engenheiro da Contratante responsável pela fiscalização da obra.



s) Apresentar o comprovante de matrícula do Cadastro Específico do INSS, junto a Receita Federal do Brasil, de acordo com o art. 24, §1º, da Instrução Normativa RFB nº. 971, de 13 de novembro de 2009.

t) Apresentar a Licença de Instalação (LI) expedida pelo órgão competente, com a autorização da instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante, de acordo com o art. 8º, inc. II, da Resolução do CONAMA nº 237/97.

u) Apresentar a Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão competente, com a autorização da operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para operação, de acordo com o art. 8º, inc. III, da Resolução do CONAMA nº 237/97.

v) Apresentar relatório fotográfico de cada medição realizada pela contratada, para efeito de comprovação da execução do projeto, na sua totalidade ou parcialidade.

1. Na impressão das fotografias deverão constar data e horário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MULTAS

Ressalvada a hipótese de força maior, a inexecução parcial ou total dos serviços objeto deste Contrato, nos prazos fixados no cronograma físico do Contratante / Interviente, sujeitará a Contratada a aplicação das seguintes multas:

a) A demora injustificada na execução da prestação contratual acarretará, de plano, a incidência da multa moratória à base de 0,33%, cumulativamente, incidente sobre o valor da prestação vencida, por cada dia de atraso.

b) 0,1% sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual;

c) 20% do valor global do Contrato, na hipótese de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;

d) 0,0001% do valor global do Contrato, por cada dia que cada equipamento deixar de ser utilizado na obra;

e) 3% sobre o valor global do Contrato, por descumprimento às recomendações estabelecidas neste edital ou no Contrato, conforme o caso;

f) 10% do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do titular do órgão ou entidade licitadora;

g) 5% sobre o valor global do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pelo órgão ou entidade licitadora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Da aplicação de multa será a Contratada notificada pelo Contratante / Interviente, tendo, a partir da notificação, o prazo de 10 (dez) dias para recolher a importância correspondente na SEFIN. O pagamento dos Serviços não será efetuado à Contratada se esta deixar de recolher multa que lhe for imposta.



PARÁGRAFO SEGUNDO - A multa aplicada por descumprimento do prazo global será deduzida do pagamento da última parcela e as multas por infrações de prazos parciais serão deduzidas, de imediato, dos valores das prestações a que correspondam.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os valores resultantes das multas aplicadas por descumprimento de prazos parciais serão devolvidos por ocasião do recebimento definitivo dos serviços, se a Contratada, recuperando os atrasos verificados em fases anteriores do Cronograma Físico, entregar os serviços dentro do prazo global estabelecido.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as multas serão cobradas cumulativamente e independentemente.

PARÁGRAFO QUINTO - Entende-se por motivo de força maior, para efeitos de penalidades e sanções, o ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreição levantada, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que, mesmo diligentemente, não se consiga impedir sua ocorrência, excluída a greve trabalhista por ser direito do trabalhador.

PARÁGRAFO SEXTO - As multas somente serão devidas após o regular processo administrativo de apuração das condutas da contratada que se configurem descumprimento às obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Contratada deverá comunicar à Contratante / Interveniente quaisquer danos dos fatos mencionados no parágrafo quinto, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos de sua verificação, e apresentar os documentos comprobatórios em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data da comunicação, sob pena de não serem considerados.

PARÁGRAFO OITAVO - O Contratante / Interveniente, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos contados do recebimento dos documentos comprobatórios de fato, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, dando, por escrito, as suas razões.

PARÁGRAFO NONO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada da garantia prestada pela contratada, em caso de rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

Ao término do serviço e a requerimento da Contratada, dar-se-á o recebimento provisório do mesmo, que se tornará em definitivo após 30 (trinta) dias. Se, neste período, for constatada a existência de qualquer defeito na execução, a Contratada se obrigará a promover sua reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES

O atraso injustificado, o descumprimento, parcial ou total, do objeto deste contrato, bem como de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, acarretará, após regular processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, a incidência das seguintes sanções:

a) Advertência;



b) Multa, conforme previsto na cláusula décima segunda, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais estabelecidas;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste contrato e na lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia prestada pela Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” desta cláusula, poderão ser aplicadas cumulativamente com a da letra “b”.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Fortaleza poderão também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos Contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal:

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO SEXTO - Somente após a Contratada ressarcir o Município de Fortaleza pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da suspensão aplicada é que poderá ser promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade é da competência exclusiva do Titular do Órgão/Entidade de origem da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

Ocorrerá a rescisão do Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito a indenização de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos e



prazos; ou da legislação vigente;

2. Lentidão na execução dos serviços, levando o órgão ou entidade licitadora a presumir pela não conclusão dos mesmos nos prazos estipulados;
3. Cometimento reiterado de erros na execução dos serviços;
4. Recuperação Judicial, falência ou dissolução da firma ou insolvência de seus sócios, gerentes ou diretores;
5. O atraso injustificado no início da obra ou paralisação da mesma sem justa causa e prévia comunicação do Contratante / Interveniente;
6. A subcontratação total ou parcial das obras ou serviços, sem prévia autorização do titular do órgão ou entidade licitadora, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;
7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo representante do órgão ou entidade licitadora, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
9. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
10. Razões de interesse público, de alta relevância de amplo conhecimento, justificados e determinados pelo o órgão ou entidade licitadora;
11. A supressão, por parte da Administração, de obras ou serviços de engenharia, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite estabelecido na cláusula décima deste Contrato;
12. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do órgão ou entidade licitadora, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
13. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade licitadora, decorrentes de obras ou serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
14. A não liberação, por parte do órgão ou entidade licitadora, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
15. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;



16. A inobservância da obrigação de colocar e manter no canteiro de obra o equipamento exigido para a execução dos serviços, bem como as placas de sinalização adequadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão amigável do Contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do titular do órgão ou entidade licitadora.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 10 a 15 desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que tiver sofrido, tendo direito a:

- a) Devolução de garantia, quando for exigida;
- b) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Contratante / Interveniente, a seu critério, poderá determinar a execução antecipada dos serviços, obrigando-se a Contratada a realizá-los.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante do Contratante / Interveniente especialmente designado para tal fim.

O representante do Contratante apresentará Anotação de Responsabilidade Técnica, em nome do profissional responsável pela fiscalização da execução do objeto, devidamente expedido pelo órgão competente.

O representante do Contratante / Interveniente anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

Havendo necessidade de correção de serviços contratados, a Contratada se compromete a corrigi-los e/ou refazê-los sem ônus para o Contratante / Interveniente, devendo o Contratante / Interveniente proceder à nova fiscalização.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do Contratante / Interveniente deverão ser levadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Até o 5º dia útil do mês seguinte ao da assinatura deste termo, o Contratante / Interveniente providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Município – DOM, nos termos do § único, do Art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DESPESAS DO CONTRATO

Constituirá exclusivo da Contratada, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Contratante / Interveniente não cederá recursos humanos ou materiais para a realização dos serviços de que trata o presente Contrato, ficando por conta e risco da Contratada todas as despesas inerentes a sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, para dirimir as questões que porventura surgirem durante a execução do presente Contrato.

E, por assim terem justo e combinado o Contrato, ambas as partes firmam o presente termo, com duas testemunhas que também o assinam, em 03 (três) vias de igual teor, que serão distribuídas entre Contratante / Interveniente e Contratada para os efeitos legais.

Fortaleza (CE), _____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

INTERVENIENTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____

VISTO: _____



ANEXO VI

MODELO MERAMENTE SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

(nome /razão – social) _____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portado(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas
cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação
vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº
123/06.

Fortaleza (CE), _____ de _____ de _____.

(Representante legal)



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA.

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE/PROPONENTE)

À
Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de Fortaleza

Ref.: TOMADA DE PREÇO nº _____ /2015

(Nome /razão – social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do at. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Fortaleza (CE), _____ de _____ de _____.

(Representante legal)



ANEXO VIII

JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

O Município de Fortaleza vem, por meio deste, apresentar justificativa acerca da não participação de Empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio e Cooperativa no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios, este Município informa que a conveniência de admitir a participação desses em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, conforme artigo 33 da Lei n.º 8.666/93. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e isto traria riscos para a contratação, por estarem sujeitas, a qualquer tempo, ao bloqueio de seus valores financeiros pelo Poder Judiciário, para fins de pagamento de dívidas, com graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município.

Outro aspecto importante na vedação de participação de empresas em regime de consórcio é quanto à expertise técnica, na comprovação de execução de serviços semelhantes aos de maior relevância. A comprovação da qualificação técnica tem como finalidade gerar para a Administração a presunção de que se o licitante já executou com sucesso objeto similar, tendo condições para assim fazê-lo novamente.

Essa presunção se forma com base na experiência obtida pelo licitante com o exercício dessas atividades pretéritas. A qualificação técnica de determinada empresa não é algo que possa ser emprestado para outra pessoa jurídica, justamente por haver nela um caráter *intuitu personae*, e como tal, resta claro que pertencer ao consórcio não legitima a equivalência entre a experiência dessas empresas. Portanto, permitir que uma empresa, utilize a expertise de outra para adjudicar para si o objeto da presente licitação não é razoável, visto que embora pertencentes ao consórcio, é certo que estas empresas não atuaram de forma conjunta na



obtenção desses atestados.

Quantos as Cooperativas destacamos o disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União Federal e o Ministério Público do Trabalho, ocorrido na Ação Civil Pública nº. 01082-2002-020-10-00-0, no qual a União Federal se compromete a não mais contratar cooperativas que atuem em atividades como serviços de limpeza, conservação e manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e instalações, dentre outros.

Na mesma linha caminha o entendimento do Tribunal de Contas da União ao autorizar a vedação à participação de cooperativas no certame quando houver subordinação entre os profissionais alocados para a execução dos serviços e a cooperativa (Acórdão no 2221/2013 – Plenário, TC 029.289/2009-0, relator Ministro José Múcio Monteiro, 21.8.2013; Acórdão no 975/2005 – Segunda Câmara; Acórdão no 1815/2003 – Plenário; Acórdão no 307/2004 – Plenário que culminaram com a publicação da Súmula no 281 do TCU), como é o caso da presente contratação.

Atestamos, por fim, que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e conseqüente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

